

São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em Vinte e Cinco Localidades - (1777-1829)

Francisco Vidal Luna

Do Departamento de Economia da FEA-USP

RESUMO

O estudo, baseado nos manuscritos conhecidos como *Maços da População*, do Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, contempla vinte e cinco localidades de São Paulo, nos anos de 1777, 1804 e 1829. Nele procurou-se analisar a dinâmica da população, as atividades econômicas, a estrutura da posse de escravos e as características demográficas dos respectivos proprietários. Identificou-se uma sociedade em franca expansão populacional, particularmente da população escrava, e em transição de uma economia baseada em cultivos para subsistência para outra na qual tais cultivos eram substituídos, em algumas regiões, como o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista, por outros, destinados ao mercado externo, tais como o açúcar e o café. A transformação modificou profundamente a estrutura da posse de escravos e aprofundou relações escravistas nas áreas atingidas pelos novos cultivos.

PALAVRAS CHAVE

população, escravos, atividades econômicas, posse de escravos, São Paulo

ABSTRACT

The study, based on manuscripts known as "Maços da População" which belong to the "Arquivo do Estado de São Paulo", covers twenty five different communities in São Paulo in the years 1777, 1804 e 1829. The population's dynamics, the economic activities, the structure of slave ownership and the demographic characteristics of the respective properties were analyzed. A society with rapid population growth, specially among the slave population, was identified, as well as the transition from an economy based on crops grown for subsistence to an economy in which these crops were substituted in some regions, like the Vale do Paraíba and the western region of the state of São Paulo, for others destined for the external markets, such as sugar and coffee. This transformation profoundly changed the structure of slave ownership and deepened the slavery relationships in the areas covered by the new crops.

KEY WORDS

population, slaves, economic activities, slave ownership, São Paulo

A importância de São Paulo, ao final do século XIX, após a consolidação da cafeicultura, bem como o processo de transição do trabalho escravo para o assalariado, mereceu especial atenção dos pesquisadores. A relevância do evento para o desenvolvimento do mercado interno e para o processo de industrialização orientou os estudos, preferencialmente para a segunda metade do século passado, permitindo-se formar uma idéia bastante satisfatória a respeito do período.

Simultaneamente, há um conhecimento relativamente limitado a respeito do período anterior a 1850, antes do café consolidar-se como o mais importante produto de exportação. A organização da agricultura, os tipos de produtos e a natureza da força de trabalho representam temas menos explorados pelos pesquisadores. Para entender como o café alastrou-se e as causas do rápido sucesso em São Paulo faz-se necessário compreender a natureza da economia ali existente e que respondeu tão satisfatoriamente para a introdução da cafeicultura.

Para o estudo desse período crucial existem, entre outros documentos originais, as Listas Nominativas dos Habitantes, os chamados Maços da População, do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Representam censos da população e da produção, realizados periodicamente, por cerca de cinqüenta anos, até a terceira década do século passado.

Recentemente publicamos um artigo a respeito de vinte e cinco diferentes localidades de São Paulo (LUNA, 1992), em três diferentes anos (1777, 1804 e 1829), com o objetivo de analisar as características demográficas da população escrava residente na região. Como fonte primária fundamental servimo-nos da documentação acima referida.

Neste trabalho pretende-se expandir o tema, considerando as vinte e cinco localidades nos mesmos anos, com a atenção voltada para a dinâmica da população, atividades econômicas, estrutura de posse de escravos e características demográficas de seus respectivos proprietários.¹

1. Os censos considerados no artigo representam aproximadamente 70% da população de São Paulo e porcentual similar em relação ao número de vilas existentes nos anos considerados. No Anexo 1 apresentam-se a lista das localidades e os anos considerados.

1. DINÂMICA DA POPULAÇÃO

A agricultura constituía a atividade econômica fundamental no período. Inicialmente a maioria da população, em todas as áreas, dedicava-se à pecuária e ao cultivo de gêneros de subsistência, principalmente arroz, milho, feijão e mandioca. Estes produtos serviam como base alimentar local, sendo a venda de excedentes a fonte principal de renda para a maioria dos livres, pois parcela minoritária dos agricultores concentrava-se nos cultivos orientados ao mercado externo: inicialmente o açúcar e depois o café. Até 1829, último ano considerado, o café ainda se encontrava em fase inicial de implantação; entre as localidades estudadas, apenas em Areias (LUNA, 1994 e 1995), localizada no Vale do Paraíba, o café consolidara-se efetivamente. Em Jacareí e Lorena, vilas da mesma região, a produção apresentava importância, mas em menor escala; nas demais áreas o cultivo mostrava-se ainda esparso. Exceto Areias com o café, as vilas mais populosas de São Paulo, como Itu, Campinas e Porto Feliz, orientavam-se para a produção de açúcar.

No período, ocorreram inúmeras modificações de natureza administrativa, com a criação de novas vilas e a segmentação territorial das existentes. Para contornar o problema e permitir maior densidade numérica dos resultados, segmentou-se a Capitania² em cinco regiões geográficas: Oeste Paulista, Litoral, região da Capital, Caminho do Sul e Vale do Paraíba. De modo geral, apresentaram-se os resultados nessa estrutura de agregação, com informações das vilas, quando necessário³; procedimento semelhante foi adotado no estudo anterior sobre as características demográficas dos cativos das vinte e cinco localidades. Os cruzamentos sucessivos entre diferentes variáveis poderia ocasionar amostras relativamente pequenas, principalmente em localidades de menor porte. A agregação por áreas diminui o problema; as flutuações se reduzem, pois a parte segmentada de uma vila, para a formação da nova, mantém-se na mesma região.

Os resultados mostram expressivo e persistente crescimento da população nas vinte e cinco localidades.⁴ Contaram-se 90.953 pessoas em 1777 e 147.062 em 1804, com taxa média de crescimento de 1,8% ao ano, entre esses dois anos. Em 1829 a

-
2. Nas localidades ocorriam fortes alterações na população, causadas por desmembramentos, com a formação de novas vilas. Por exemplo, no caso de Guaratinguetá existem informações referentes aos três anos considerados. Entretanto, Lorena e Cunha se haviam desmembrado quando do censo de 1804; em 1829 Areias já se separara de Lorena. Em termos da região correspondente (Vale do Paraíba), tais modificações não afetam os resultados, pelo menos na ocorrência de desmembramentos com a criação de vilas não contempladas na amostra de vinte e cinco localidades.
 3. Como já exposto, os dados referentes à população total e fogos foram obtidos tanto nas listas nominativas como em fontes complementares.
 4. A compatibilidade dos dados exigiu ajustamentos discutidos no Anexo 1.

população alcançava 202.116 pessoas, com crescimento anual médio de 1,3%, entre 1804 e 1829.⁵ Considerando-se todo o período (1777 a 1829), o aumento anual médio da população resultou 1,55%.

As informações analisadas agregadamente para as vinte e cinco localidades escondem expressivas diferenças entre as áreas. No início do período a região da Capital representava a área mais importante, e nela concentravam-se 38,9%⁶ dos habitantes. O porcentual reduziu-se gradualmente, não ultrapassando 23,3% no último ano da pesquisa; o resultado reflete uma dinâmica de crescimento da região muito inferior ao das demais áreas de São Paulo.

Embora no conjunto das localidades ocorresse expansão de 122,2% entre 1777 e 1804, na região da Capital o porcentual limitou-se a 33,4%. O resultado mostra que o fortalecimento da agricultura paulista, realizada em outras áreas, como no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista, fez decrescer a importância relativa da Cidade de São Paulo e de seus arredores.⁷ Na região, apenas em Mogi das Cruzes identificou-se expressivo crescimento.

O Vale do Paraíba, caminho terrestre entre a Cidade de São Paulo e o Rio de Janeiro, já apresentava importância populacional em 1777, com 18,9% da população, porcentual que se manteve relativamente estável em 1804. Vinte e cinco anos depois, 1829, a participação elevou-se para 24,8%, ante o crescimento de 191,8% verificado em todo o período. Embora no conjunto das vinte e cinco localidades o aumento da população fosse maior na fase anterior a 1804, no Vale do Paraíba ocorreu o contrário, pelo desenvolvimento agrícola em várias de suas vilas, principalmente açúcar e café, este último ocorrido a partir dos primeiros anos do século passado. Entre 1804 e 1829 o Vale do Paraíba constituía a zona mais dinâmica em termos populacionais, com a elevada taxa média anual de 2,4%. Na região ocorreram inúmeras transformações de caráter administrativo, com desmembramento de localidades, dificultando a identificação do desempenho de cada uma isoladamente.

5. Marcílio apresenta uma série da população de São Paulo, de 1592 a 1872, a partir de diversas fontes. Para os anos estudados as informações fornecidas foram: 124.205 (1777); 184.464 (1804) e 214.905 (1829). Para este último ano existem divergências nos dados, pois para 1828 são apresentadas duas fontes distintas: uma com 287.645 e outra com 192.688.(MARCÍLIO, 1974, p. 299-301)

6. As participações sempre se referem ao conjunto das localidades estudadas.

7. Os dados referentes à Região da Capital são os mais precários do conjunto de localidades compiladas, conforme exposto no Anexo 1. Assim, provavelmente parte dessa diferença possa ser explicada pela qualidade dos dados.

O Oeste Paulista correspondeu à área com maior crescimento em todo o período. Em 1777, contava com apenas 13,9% dos habitantes, mas em 1829 representava a região mais povoada, com 26,7%, porcentual obtido devido ao forte crescimento entre 1777 a 1829 (2,8% ao ano), mais intenso no período 1777 a 1804 (3,5% ao ano); entre 1804 e 1829 o porcentual médio anual mostrou-se menor, mas ainda excepcional (2,1%). Embora a fase áurea do Oeste Paulista ocorresse com a cafeicultura na segunda metade do século passado, a mesma já se constituía em importante centro agrícola nos primeiros anos do século XIX, com vilas economicamente importantes, como Mogi Mirim, a segunda localidade mais povoada em 1829, dentre as vinte e cinco estudadas, somente ultrapassada pela Cidade de São Paulo.⁸

Do ponto de vista populacional, tanto o Caminho do Sul como o Litoral mostravam menor expressão, com porcentuais de 10 a 18% da população e taxas de crescimento inferiores à média das demais regiões.

No período deste estudo, fortaleceu-se a agricultura, com a ocupação e o adensamento populacional de várias áreas, reduzindo-se a importância relativa da Capital com suas funções administrativas e comerciais. O processo diferenciado de crescimento alterou profundamente a estrutura populacional; a região da Capital, com 40% da população paulista em 1777, perdeu posição relativa, com menos de 24% no ano de 1829; o Oeste Paulista e o Vale do Paraíba, que juntos representavam cerca de um terço da população em 1777, respondiam por mais da metade no último ano considerado.

Ao final do período, no Oeste Paulista contavam-se 54.032 habitantes, no Vale do Paraíba 50.197 e na região da Capital 47.150. O Caminho do Sul e o Litoral mostravam números menos expressivos: 31.516 e 19.221, respectivamente. As maiores localidades correspondiam à Capital, com 21.933 (dados de 1836), Mogi Mirim, com 17.563, Curitiba, com 13.349, Areias, com 12.299 e Mogi das Cruzes, com 10.550 (Tabela 1).

8. Em 1829 situavam-se na região várias das mais populosas vilas de São Paulo, como Mogi Mirim, Itu, Jundiaí, Campinas e Porto Feliz. Estas duas últimas criadas no período estudado, por desmembramento, respectivamente, de Jundiaí e Itu. Apesar de novas, já se mostravam bastante populosas.

TABELA 1 - POPULAÇÃO TOTAL POR REGIÕES

	Anos			Taxas anuais de crescimento		
	1777	1804	1829	1777-1804	1804-1829	1777-1829
Total das 25 localidades						
Número total de habitantes	90.953	147.062	202.116	1,80	1,28	1,55
Número de livres	73.265	114.022	147.662	1,65	1,04	1,36
Número de escravos	17.688	33.040	54.454	2,34	2,02	2,19
Número de fogos	14.025	23.100	31.850	1,87	1,29	1,59
% de fogos com escravos	24,08	24,60	23,60			
% de escravos na população	19,45	22,47	26,94			
Média de habitantes por fogo	6,49	6,37	6,35			
Média de livres por fogo	5,22	4,94	4,64			
Média de escravos por fogo	1,26	1,43	1,71			
Oeste Paulista						
Número total de habitantes	12.693	32.411	54.032	3,53	2,07	2,82
Número de livres	10.064	24.038	35.152	3,28	1,53	2,43
Número de escravos	2.629	8.373	18.880	4,38	3,31	3,86
Número de fogos	1.945	4.340	6.583	3,02	1,68	2,37
% de fogos com escravos	26,59	26,82	25,46			
% de escravos na população	20,71	25,83	34,95			
Média de habitantes por fogo	6,53	7,47	8,21			
Média de livres por fogo	5,18	5,54	5,34			
Média de escravos por fogo	1,35	1,93	2,87			
Vale do Paraíba						
Número total de habitantes	17.201	28.001	50.197	1,82	2,36	2,08
Número de livres	13.407	21.022	33.604	1,68	1,89	1,78
Número de escravos	3.794	6.979	16.593	2,28	3,53	2,88
Número de fogos	2.713	4.689	7.704	2,05	2,01	2,03
% de fogos com escravos	24,62	26,17	28,56			
% de escravos na população	22,06	24,92	33,06			
Média de habitantes por fogo	6,34	5,97	6,52			
Média de livres por fogo	4,94	4,48	4,36			
Média de escravos por fogo	1,40	1,49	2,15			
Caminho do Sul						
Número total de habitantes	15.503	25.051	31.516	1,79	0,92	1,37
Número de livres	12.949	21.292	26.492	1,86	0,87	1,38
Número de escravos	2.554	3.759	5.044	1,44	1,18	1,32
Número de fogos	2.358	4.145	6.278	2,11	1,67	1,90
% de fogos com escravos	22,90	18,17	17,30			
% de escravos na população	15,47	15,01	16,00			
Média de habitantes por fogo	6,57	6,04	5,02			
Média de livres por fogo	5,49	5,14	4,22			
Média de escravos por fogo	1,08	0,91	0,80			
Região da Capital						
Número total de habitantes	35.349	44.750	47.150	0,88	0,21	0,56
Número de livres	29.640	36.346	39.000	0,76	0,28	0,53
Número de escravos	5.709	8.404	8.150	1,44	(0,12)	0,69
Número de fogos	5.430	7.521	8.258	1,21	0,37	0,81
% de fogos com escravos	19,62	21,71	19,62			
% de escravos na população	16,15	18,78	17,29			
Média de habitantes por fogo	6,51	5,95	5,71			
Média de livres por fogo	5,46	4,83	4,72			
Média de escravos por fogo	1,05	1,12	0,99			
Litoral						
Número total de habitantes	10.207	16.849	19.221	1,87	0,53	1,22
Número de livres	7.205	11.324	13.438	1,69	0,69	1,21
Número de escravos	3.002	5.525	5.783	2,28	0,18	1,27
Número de fogos	1.580	2.405	3.027	1,57	0,92	1,26
% de fogos com escravos	37,15	37,63	30,83			
% de escravos na população	29,41	32,79	30,09			
Média de habitantes por fogo	6,46	7,01	6,35			
Média de livres por fogo	4,56	4,71	4,44			
Média de escravos por fogo	1,90	2,30	1,91			

Fonte: Listas Nominativas dos Habitantes e Mapas da População do Arquivo do Estado de São Paulo.

Vejamos o desempenho dos fogos⁹ no mesmo período. Para o conjunto das localidades, entre 1777 e 1829 estes aumentaram à taxa anual de 1,6%, sendo também maior entre 1777 e 1804 (1,9%) do que no período seguinte, 1804-1829, este com porcentual de 1,3%. Os fogos, que somavam 14.025 no ano inicial, elevaram-se para 31.850 em 1829. No nível agregado, os porcentuais de crescimento da população e dos fogos são praticamente idênticos, com estabilidade no número de pessoas por fogo no conjunto das localidades, embora tenha ocorrido forte expansão dos escravos.

Para uma análise mais aprofundada torna-se necessário segmentar os habitantes entre escravos e livres, pois as duas populações apresentaram comportamentos distintos de crescimento no período.

Entre 1777 e 1829 a população livre cresceu 1,4% ao ano e os escravos 2,2%, significando uma expansão dos cativos bastante elevada, em porcentual muito superior ao dos livres. Nas duas populações as taxas médias de crescimento foram maiores entre 1777 e 1804 do que no período 1804 a 1829; para os escravos as taxas situaram-se em 2,3% e 2,0%, respectivamente; para os livres os números encontrados foram 1,6% e 1,0%.

Ante a diferença no crescimento das duas populações, resultou significativo o aumento na proporção dos escravos na população: 19,4% em 1777; 22,5% em 1804 e 26,9% em 1829; cresceu também a média de escravos por fogo¹⁰: 1,3 em 1777; 1,4 em 1804 e 1,7 no último ano. Processo contrário ocorreu entre os livres: a média de 5,2 em 1777 passou para 4,6 em 1829.

O aumento do número médio de escravos por fogo compensou a queda ocorrida entre os livres, mantendo a média de habitantes por fogo relativamente constante ao longo do período.¹¹ Por outro lado, estabilizou-se a proporção de fogos com escravos, no nível de 24%, nos três anos.

9. Tal como no caso da população, houve necessidade de ajustar os dados referentes aos fogos; as informações pertinentes estão contidas no Anexo 1.

10. A média de escravos por fogo considera o total de fogos (com ou sem escravos) e o total de escravos existentes. Não representa a média de escravos entre os fogos com escravos. Este último indicador se aproxima da média de escravos por proprietário.

11. Vários fogos com escravos possuíam mais de um proprietário no fogo. No conjunto das localidades estudadas, tal situação ocorreu em 1,6% dos fogos em 1777; 1,2% em 1804 e 1,1% dos fogos existentes em 1829. Assim, o número de fogos com escravos era um pouco inferior ao número de proprietários. O processo contrário, ou seja, o mesmo proprietário comparecendo em mais de um fogo é praticamente impossível de ser determinado, em uma grande massa de dados.

Os números refletem o conjunto das localidades, e contêm marcantes diferenças em termos das regiões; em todas, o peso dos escravos, relativamente aos livres, aumentou.

No Oeste Paulista o crescimento dos escravos alcançou 3,9% ao ano entre 1777 e 1829, com 4,4% no primeiro período e 3,3% no segundo. Os números demonstram excepcional expansão, particularmente no último quartel do século XVIII, pelo alargamento da atividade açucareira; mesmo em 1829, a cafeicultura ainda se mostrava pouco expressiva na região, que possuía importantes núcleos açucareiros como Campinas, Itu e Porto Feliz.¹² A população livre mostrou, igualmente, altas taxas, da ordem de 2,4% ao ano entre 1777 e 1829; também neste caso, maior na primeira fase considerada. A desproporção no aumento das duas populações fez crescer a parcela dos escravos na população; em 1829 os mesmos representavam 34,9% dos habitantes, contra 20,7% em 1777 e 25,8% em 1804. Em 1829, a penetração dos escravos, refletida na participação dos mesmos na população, ocorria de forma marcante em quatro das seis localidades estudadas: Campinas (54,1%) Itu (51,2%), Porto Feliz (51,0%) e Jundiaí (35,6%). Nas demais, sua expressão era diminuta. A proporção de fogos com escravos manteve-se estável na faixa dos 26%, porcentual este influenciado pelas vilas de Campinas, Itu, Jundiaí e Porto Feliz, particularmente as duas primeiras, nas quais o peso dos cativos alcançava mais de 35% em 1829. O açúcar explicava tais resultados.

Nas localidades mais importantes da região ocorria, simultaneamente, um processo de forte expansão populacional, de livres e escravos, particularmente dos últimos; mantinha-se relativamente estável, mas alto, o porcentual de fogos com escravos, acima de 30%; ampliava-se a participação dos escravos na população, diante do que crescer expressivo no tamanho dos plantéis, conforme demonstrado a seguir.

No Vale do Paraíba também ocorreu significativa expansão dos livres e particularmente dos escravos; neste caso, com maior intensidade no segundo período, devido à atividade açucareira e pela introdução do café, a partir do início do século passado. Quanto aos escravos, resultou taxa média anual de crescimento de 2,9%, sendo de 2,3% entre 1777 e 1804 e 3,5% a partir de 1804. Relativamente aos livres, deu-se aumento menor e mais homogêneo nos dois períodos: da ordem de 1,7% ao ano. A diferença entre as duas populações refletiu-se no aumento da

12. Mudanças administrativas, como a criação de Campinas e de Porto Feliz por desmembramento de áreas de Jundiaí e Itu, respectivamente, dificultam a identificação da expansão de cada uma das localidades isoladamente.

participação de escravos na população de 22,1% para 33,1%. A proporção de fogos com escravos manteve-se estável, no patamar de 28%, com incremento na média de cativos por fogo, mas com intensidade menor do que a verificada no Oeste Paulista.¹³

Comparados Vale do Paraíba e Oeste Paulista, notam-se influências diferentes provocadas pelo café e pelo açúcar. Nas duas áreas manteve-se elevado o porcentual de fogos com escravos que, em combinação com um alto número médio de escravos por fogo, resultou expressivo peso dos escravos no total da população, acima de 33% nas duas regiões. Este processo foi acompanhado por intenso crescimento no tamanho médio de plantel de escravos, particularmente no Oeste Paulista, fruto da atividade açucareira, com nível de concentração maior nesta atividade do que na cafeira. Isso explica a elevada média de escravos por fogo, de 2,9, nessa região. Em Campinas (5,1), Porto Feliz (4,5) e Itu (3,9) o indicador alcançava níveis extraordinários, com forte participação de escravos na população, a ultrapassar a marca dos 50% nessas localidades.

O Caminho do Sul apresentou crescimento mais modesto, e relativamente equilibrado, se comparados livres e escravos, ambos com porcentual de 1,3% considerado o período como um todo, sendo maior na primeira fase (1777-1804) do que na segunda.

Ao contrário do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, no Caminho do Sul a porcentagem de escravos na população permaneceu baixa e estável (16%) e a proporção de fogos com escravos reduziu-se entre 1777 e 1804, mantendo-se em 17% a partir desse ano. Uma modesta proporção de fogos com escravos e uma baixa média de escravos por fogo explicavam o diminuto peso dos cativos no total de habitantes. Ao final do período, a região representava aquela com menor peso relativo dos escravos, tanto na proporção de escravos na população como na porcentagem de fogos com escravos. Sorocaba,¹⁴ importante centro de comércio de animais, apresentava os indicadores mais expressivos na região: porcentagem de fogos com escravos de 21,7%; média de escravos por fogo de 1,2 e participação dos escravos na população, de 26,5% em 1829, contra apenas 16% nos dois anteriores: 1777 e 1804. Itapetininga, também na região, mostrava o menor peso dos cativos dentre as vinte e cinco localidades estudadas, sendo de apenas 10,8% em 1804 e 1829.

13. Existem vários estudos monográficos a respeito da região no período em questão: MOTTA (1990), RANGEL (1990), COSTA & NOZOE (1987), COSTA, SLENES & SCHWARTZ (1987), HERRMANN (1986), LUNA (1988).

14. A respeito de Sorocaba, vide KLEIN (1985) e LUNA (1986).

Na região da Capital,¹⁵ tanto a população livre como a escrava demonstrou baixo crescimento ao longo do período, da ordem de 0,6% ao ano. A participação dos escravos na população manteve-se estável e baixa, sendo de apenas 17,3% em 1829; a porcentagem de fogos com escravos manteve-se também estável ao redor de 20%, variando a média de escravos por fogo ao redor de 1,0.¹⁶ Sem produção voltada para exportação, com sua agricultura dedicada essencialmente aos cultivos de produtos tipicamente de subsistência, talvez ainda mantivesse, no primeiro quartel do século XIX, o mesmo padrão de posse de escravos que as demais áreas da Capitania apresentavam no início do período estudado: relativa proporção de fogos com escravos, mas com baixa média de escravos por proprietário, resultando em reduzida participação de escravos na população como um todo. Isto provavelmente refletia o final de um processo de reprodução natural dos escravos, que seria alterado profundamente com a maciça importação de escravos orientados para as atividades voltadas para o exterior, verificada em outras áreas da Capitania a partir do final do século XVIII, preferencialmente homens adultos.

Por fim, tome-se o Litoral. Considerado todo o período - 1777/1829 -, esta área mostrou crescimento populacional relativamente baixo, principalmente entre os livres, com taxa anual de 1,2%. Entretanto, pode-se identificar nessa região dois períodos distintos. No primeiro, até 1804, tanto escravos como livres expandiram-se a taxas significativas, em particular os cativos, cujo porcentual de aumento médio anual alcançou 2,3%. Entretanto, entre 1804 e 1829 a região apresentou baixo crescimento populacional, com taxa anual da ordem de 0,5%, sendo pior o desempenho dos escravos, com apenas 0,2% ao ano no período. Esta área, já em 1777, apresentava forte inserção populacional dos escravos, que compareciam em cerca de 37% dos fogos, e cujo porcentual manteve-se estável em 1804, reduzindo-se no terceiro ano analisado. Por outro lado, em face do maior crescimento na população escrava, a participação dos escravos na população também sofreu aumento de 29,4% em 1777 para 32,8% em 1804; em 1829, essa participação reduziu-se devido ao baixo crescimento da população escrava no período. Da região faziam parte áreas bastante distintas como o litoral norte (São Sebastião), a região de Santos, com seu porto, e o litoral sul da Capitania (Cananéia e Iguape). Se tomarmos cada uma das áreas isoladamente talvez encontraremos mais diferenças do que as verificadas entre as localidades das demais regiões.

15. Sobre a região da Capital vide MARCÍLIO (1973) e METCALF (1983).

16. As dificuldades com os dados de população e fogos da Cidade de São Paulo impedem que se aprofunde a análise da Capital, no período.

A região sofreu o impacto das medidas adotadas por Bernardo José de Lorena. Este, no sentido de estimular a Capitania e evitar que os produtos fossem exportados pela litoral norte para o Rio de Janeiro, e, ademais, visando concentrar todo o comércio marítimo de São Paulo no porto de Santos, proibiu, em 1789, o comércio realizado fora deste porto. Isso teve um impacto negativo nas atividades econômicas desenvolvidas no litoral norte da Capitania. Ali, além das lides portuárias, principalmente navegação de cabotagem com o Rio de Janeiro, desenvolviam-se cultivos agrícolas, como o açúcar em Ubatuba e São Sebastião. Em nossos resultados a influência dessa medida foi pouco sentida, pois das quatro vilas consideradas no estudo apenas São Sebastião fazia parte da área possivelmente afetada pela determinação legal, revogada em 1798, portanto, poucos anos antes do nosso segundo ano considerado (1804). Os resultados de São Sebastião são interessantes. O primeiro período aqui considerado, 1777 a 1804, engloba a fase em que vigorou a regulamentação impeditiva. Entretanto, nesse período a localidade apresentou expansão excepcional, tanto por parte da população total (3,1% ao ano) como dos escravos (4,6%). O efetivo impacto daquelas medidas,¹⁷ na época violentamente criticadas pelos habitantes da região, deve ter causado efeitos negativos sobre as atividades econômicas das localidades envolvidas, mas incapaz de conter o forte dinamismo da região no período como um todo (1777-1804). No mesmo período, Santos, que deveria ter sido positivamente afetada, apresentou, pelos dados utilizados, um leve decréscimo na sua população livre e escrava.¹⁸

O expressivo crescimento da população escrava na Capitania, em proporção significativamente maior do que a verificada na população livre, com aumento na proporção de escravos na população total, sugere uma intensificação no uso dos cativos com base do processo produtivo.

Na proporção da intensificação no uso de mão-de-obra cativa, a parcela dos fogos com escravos não se ampliava, ou seja, o uso dessa forma de trabalho tornava-se mais intensa, mas ao mesmo tempo mais concentrada, orientando-se mais seletivamente para a agricultura e dentro desta para os cultivos voltados para o exterior. O escravo passava a ser uma força de trabalho reservada aos cultivos economicamente mais rentáveis. Isso provavelmente ocorria paralelamente ao aumento na demanda por escravos nos cultivos voltados para a exportação, como o açúcar, e de outros novos, particularmente o café, rapidamente transformado na principal atividade produtiva de algumas regiões da Capitania.

17. Sobre o tema, veja-se FERNANDÉZ (1992).

18. A avaliação correta do efeito das medidas exigiria comparar 1789 com 1798, período de vigência das normas legais. Dada nossa base de dados, com informações referentes a 1777 e 1804, as consequências efetivas podem estar sendo distorcidas.

Com o aumento da demanda por escravos, sua posse tendia a concentrar-se cada vez mais diretamente na produção voltada para a comercialização, ou aos serviços ligados a esta atividades, com redução na importância relativa de seu uso nos cultivos de produtos para subsistência e no trabalho doméstico. Tendia a ampliar-se a importância dos escravos como força de trabalho, mas reduzia-se sua importância como um mero complemento da mão-de-obra familiar no campo ou no lar. Deve-se notar que a estabilidade na proporção de fogos com escravos, no patamar dos vinte por cento, ocorreu mesmo com o expressivo aumento no número de fogos no período.

O processo reduzia a importância relativa dos escravos aqui nascidos, base de trabalho na maioria das regiões de São Paulo, rapidamente ultrapassados em importância numérica pelos africanos. Enquanto em 1804 setenta por cento dos escravos, no agregado das vinte e cinco localidades, foram classificados como nacionais, em 1829 os africanos já representavam metade dos escravos da região com um todo.¹⁹

Nas regiões menos desenvolvidas, do ponto de vista do cultivo para exportação, como na região da Capital, no Litoral e no Caminho do Sul, a participação dos nacionais mantinha-se, em 1829, ainda em setenta por cento. Ou seja, os novos escravos, na sua maioria africanos, eram adquiridos em sua maior parte para trabalhar nas regiões mais dinâmicas: Oeste Paulista e Vale do Paraíba. Esses resultados nos levaram a sugerir, em trabalho anterior (LUNA, 1992, p. 450), a possibilidade de reprodução natural dos escravos em São Paulo, durante o século XVIII, nas áreas dedicadas aos cultivos de subsistência, processo este que teria sido abortado com a introdução do açúcar e do café em algumas áreas da Capitania.

O Vale do Paraíba, apesar de contar com produção açucareira em algumas de suas localidades, expandiu-se em velocidade maior no primeiro quartel do século XIX devido ao café. Produzido inicialmente no litoral norte da Capitania, espalhou-se sistematicamente no sentido da Serra do Mar, estabelecendo-se solidamente no Vale do Paraíba. Assim, o crescimento excepcional verificado em Areias, vila tipicamente cafeeira em 1829, deve-se em larga medida ao café e não ao açúcar, produto importante em outras áreas do Vale do Paraíba, como Guaratinguetá.

19. Em 1829 a informações a respeito da origem dos escravos constava para 72% dos cativos. Nesse ano cerca de 3% dos escravos foram anotados como índios.

Pode-se especular que, de modo geral, o café expandiu-se mais rapidamente nas áreas não açucareiras. Onde predominava o açúcar contava-se com uma sólida base produtiva, com importantes investimentos em terra já preparada e cultivada com cana-de-açúcar, escravos, equipamentos e instalações. O risco da transferência desses recursos tornava-se comparativamente maior do que nas áreas de predomínio de cultivos agrícolas voltados à subsistência, usualmente cultivos de ciclo anual e sem a exigência de complexos investimentos em equipamentos e instalações. Nestas regiões não açucareiras os fatores de produção podiam ser rapidamente transferidos para o novo cultivo. Se instalações ou equipamentos existissem, seriam de pequena monta e a maior parte utilizáveis também no café. Mas o que fazer com o a estrutura de um engenho, se os escravos e a terra fossem transferidos alternativamente de uma produção de açúcar para o cultivo de café? A atividade necessitaria consolidar-se fortemente em outras áreas para demonstrar sua estabilidade, quer do ponto de vista de processo produtivo, como principalmente do ponto de vista econômico, para estimular transferência no setor açucareiro. Note-se que o Oeste Paulista já se constituía em importante centro produtor de açúcar quando o café penetrou no Vale do Paraíba. Não teria sido esta produção açucareira o fator a retardar a produção cafeeira na região? Esta é uma hipótese sem base fatual, mas talvez signifique uma idéia para reflexão.²⁰

2. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS

Vejamos as principais características demográficas dos proprietários de escravos.²¹ Seu número expandiu-se ao longo do período estudado, mais intensamente que os livres em geral e menos que os escravos. Estes apresentaram taxa média anual de 2,2%, contra 1,6% dos proprietários. Os livres aumentaram à taxa de 1,4%. Os resultados significavam um aprofundamento do processo escravista, pois o número de senhores crescia mais rapidamente que o total da população livre, grupo do qual provêm os proprietários. Mas ao mesmo tempo, ao crescer ainda mais significativamente a população escrava, ampliava-se o número médio de escravos por proprietário.

20. FERNANDÉZ (1992) já havia notado o mesmo processo quando estudou o litoral norte da Capitania de São Paulo. Nas três localidades estudadas, São Sebastião, Vila Bela e Ubatuba, o café penetrou mais cedo e com maior intensidade nesta última, que, ao contrário das demais, não apresentava importante produção açucareira.

21. Todos os dados utilizados desta parte em diante foram obtidos das listas nominativas, não ocorrendo mais o uso de fontes alternativas, como os Mapas de População.

Por região, verifica-se maior expansão dos proprietários no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista, comparativamente às demais áreas. O primeiro período (1777-1804) mostra maior dinamismo em todas as regiões, exceto no Vale do Paraíba (Tabela 2).

TABELA 2 - PROPRIETÁRIOS POR REGIÃO

Regiões	Anos			Taxas anuais de crescimento		
	1777	1804	1829	1777-1804	1804-1829	1777-1829
1. Vale do Paraíba	668	1227	2200	2,28	2,36	2,32
2. Região da Capital	1065	1633	1620	1,60	(0,03)	0,81
3. Oeste Paulista	517	1164	1676	3,05	1,47	2,29
4. Caminho do Sul	540	753	1086	1,24	1,48	1,35
5. Litoral	582	897	966	2,28	0,30	1,32
Total	3377	5682	7515	1,95	1,12	1,55

Fonte: Listas Nominativas dos habitantes, do Arquivo do Estado de São Paulo.

Os proprietários²² representavam um grupo essencialmente masculino, situação verificada sem alterações importantes no tempo e no espaço: de modo geral os homens representavam cerca de oitenta por cento dos senhores, porcentual este ultrapassado no Oeste Paulista e Vale do Paraíba. Tal participação reproduzia-se entre os chefes de fogos e refletia um padrão daquela sociedade, fundamentalmente controlada por elementos de sexo masculino.²³

No caso das proprietárias, as viúvas perfaziam a metade, as solteiras cerca de 35% e as casadas participavam com porcentual entre 10 e 15%. No segmento masculino, os casados respondiam por mais de oitenta por cento, os viúvos por menos de sete por cento e os solteiros por aproximadamente a décima parte.

Os resultados obtidos quanto à distribuição dos proprietários por sexo, com franca maioria de pessoas do sexo masculino, repetia-se em outras áreas do território brasileiro. Entretanto, a depender do momento em que o processo de ocupação se situava, ou do eventual estágio da atividade econômica, os valores podiam apresentar divergências significativas.

22. Encontramos vários casos de ordens religiosas como proprietárias de escravos. Em 1804 foram sete, com 357 escravos.

23. Entre os proprietários nos três anos analisados o peso do homens foi de 80,8%, 78,8% e 80,1%. No caso dos chefes de fogo do sexo masculino, seu porcentual situou-se em 82,0%, 78,5% e 79,3%, nos mesmos anos.

Tomemos o caso de Minas Gerais. Na primeira metade do século XVIII (ocupação) e no início do século XIX (decadência) encontramos números bastante diferentes. No processo de ocupação, a maioria do sexo masculino mostrava-se ainda maior relativamente à verificada em São Paulo, com porcentuais da ordem de 95%. Era uma ocupação pioneira, masculina. Ao longo da segunda metade do século XVIII, com o povoamento estabelecido, os porcentuais tornaram-se similares aos verificados em São Paulo, ao redor de 70 a 80%. Ao iniciar-se o século XIX, com a decadência nas áreas de mineração deve ter ocorrido um processo migratório do elemento masculino, em todos os estratos sociais, livres e escravos, proprietários e não proprietários. No ano de 1804, em Vila Rica, por exemplo, os proprietários participavam com apenas 62%; na soma de outras vinte localidade mineiras, na mesma data, a proporção de homens entre os proprietários resultou 69,6.²⁴ Em 1829, para São Paulo a proporção de proprietários homens manteve-se no mesmo nível anterior (80%); para o ano de 1831, em trabalho sobre Sabará e Campanha (KLEIN & PAIVA, 1996) em Minas Gerais, encontraram-se números similares: 75,1% e 82,4%, respectivamente.²⁵

Os proprietários de ambos os sexos demonstravam possuir uma idade média elevada. Cerca da metade dos homens situava-se na faixa etária de 30-49 anos e outros quarenta por cento identificaram-se com idade superior àquela faixa; quanto às mulheres, como a maioria constituía-se de viúvas, sua estrutura etária mostrava-se mais envelhecida, pois as proprietárias com idade igual ou superior a cinqüenta anos participavam com mais de sessenta por cento. Para os dois sexos verificou-se uma relativa queda nas faixas etárias ao longo do período analisado. Como provavelmente parte do crescimento populacional em São Paulo, no período, fez-se pela imigração, os resultados parecem indicar que a idade média dos imigrantes, com escravos ou recursos para adquiri-los, situava-se provavelmente abaixo da média dos já residentes. Aliás, o processo pode ter influenciado o próprio porcentual de casados entre os homens proprietários, que apresentou gradativa queda ao longo do período em estudo (Tabela 3).

24. Várias localidade em estudo, como S. Caetano, Guarapiranga, Inficionado, Furquim, Mariana etc. Parte dos resultados foram publicados em LUNA (1981).

25. Com censos, provavelmente parciais, de cinco localidades mineiras, nos anos de 1845 a 1847 (Itabira, Serro, Três Pontas, Diamantina e Formiga), encontrou-se a média de 67,8%, para a proporção de homens no total dos proprietários de escravos.

TABELA 3 - INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS DOS PROPRIETÁRIOS E CHEFES DÉ FOGO NAS VINTE E CINCO LOCALIDADES

Discriminação	Anos		
	1777	1804	1829
Porcentagem de chefes de fogos homens	85,2	78,5	80,8
Porcentagem de proprietários homens	80,7	78,7	80,0
Cor dos Proprietários			
-porcentagem de brancos	99,5	94,5	93,8
-porcentagem de pardos	0,5	5,2	5,7
-porcentagem de negros	0	0,4	0,5
Faixa etária dos proprietários			
-porcentagem entre 0-29 anos	10,65	14,17	13,55
-porcentagem entre 30-49 anos	45,17	47,41	50,68
-porcentagem entre 50 e mais anos	44,18	38,42	35,77
Faixa etária das proprietárias			
-porcentagem entre 0-29 anos	6,17	6,09	6,39
-porcentagem entre 30-49 anos	31,48	36,26	38,78
-porcentagem entre 50 e mais anos	62,35	57,65	54,83
Estado civil dos proprietários			
-porcentagem de casados	85,38	81,97	80,97
-porcentagem de solteiros	8,85	11,60	12,29
-porcentagem de viúvos	5,77	6,43	6,73
Estado civil das proprietárias			
-porcentagem de casadas	18,92	8,93	12,36
-porcentagem de solteiras	31,08	41,07	37,64
-porcentagem de viúvas	50,00	50,00	50,00

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Relativamente à cor, os proprietários representavam um grupo com predominância de brancos, com mais de noventa e cinco por cento dos casos; os pardos pouco representaram em 1777 e compuseram cerca de cinco por cento nos outros dois anos; os identificados como negros perfaziam cerca de meio por cento dos senhores,²⁶ sendo que em 1777, no conjunto das vinte e cinco localidades, encontrou-se apenas um proprietário negro, em Guarulhos.

26. Costa, em trabalho sobre diversas regiões brasileira, no qual estudou, entre outros indicadores, a cor dos chefes de fogo divididos por proprietários e não proprietários de escravos, encontrou para os proprietários porcentuais similares aos encontrados neste trabalho. Para os não proprietários a porcentagem variava dependendo da localidade, mas em Itu, Campinas, Areias e Iguape, os identificados como não brancos representavam cerca de 40% dos chefes de fogos. (COSTA, 1992)

Os resultados quanto à cor dos proprietários são surpreendentes, se comparados com os de Minas Gerais. Em 1804, em Vila Rica, a proporção de brancos entre os proprietários para os quais se identificou a cor era de apenas 48%; os pardos representavam 45% e os negros 7%. Na soma de outras quatro localidades mineiras encontramos as mesmas participações: 48% de brancos, 4% de negros e 47% de pardos.²⁷ No mesmo ano, no agregado das vinte e cinco localidades de São Paulo, para um total de 5.135 proprietários brancos identificados encontraram-se apenas 308 pardos (5,6%), 28 negros e 16 mulatos. Esta situação das localidades de São Paulo repetiu-se em nove vilas na região que atualmente forma o território do Paraná.(GALLARDO, 1986, p. 34) Ali, entre os proprietários o porcentual de brancos situou-se em 95%; os pardos representavam 4,2% e os negros 0,8%. Nesse mesmo ano de 1804 a população livre em geral mostrava um porcentual de brancos de 69,8%.

Em 1829 a situação de São Paulo não apresentava mudanças significativas, pois entre 6.998 proprietários encontraram-se 35 negros, 11 mulatos e 410 pardos. Ou seja, repetiam-se os porcentuais anteriores: brancos 93,9%; pardos 5,5%; negros 0,5% e mulatos 0,1%. Para o ano de 1831, estudo já citado sobre Sabará e Campanha, ambas as localidades voltadas para a agricultura e o artesanato, mostrava números bastante diferentes entre si. Em Sabará, antiga área de mineração, a proporção de proprietários brancos era de apenas 57,2%; os mulatos representavam 40,8% e os negros 2,0%. Em Campanha, a composição racial indicava os brancos representando 87,4% do total dos proprietários de escravos; aos mulatos e negros cabia o porcentual de 12,6%.

Para comparar proprietários e chefes de fogos quanto à cor, podemos considerar os dados de Santos. Para essa vila, ao contrário das demais, coletamos também os dados dos fogos sem escravos.²⁸ Para os proprietários ocorreu uma expressiva redução na proporção de brancos, cujo porcentual, em 1777, situava-se em 97,4%; em 1804 o número retraía-se para 83,8%, alcançando 73,9% em 1829. A grande maioria dos não brancos era representada por pardos. No caso dos chefes de fogos sem escravos, o porcentual de brancos apresentava valores menores: 71,1% em 1777, com decréscimo excepcional, pois em 1804 e 1829 situava-se em 48,6% e 45,0%, respectivamente. Isso demonstra a ocorrência de importante processo de transformação dos chefes de fogos, com ou sem escravos, mantendo estes um perfil

27. Furquim, Mariana, São Caetano e Inficionado.

28. Nos anos de 1777 e 1804 havia um significativo contingente de chefes de fogos, proprietários ou não, sem identificação de cor. No ano de 1829 praticamente todos os chefes de fogo possuíam a cor discriminada.

racial diferente daqueles, com menos participação de elementos brancos na sua composição. Refletia um processo de intensa miscigenação na Capitania e talvez de alforria.

Ainda quanto às características dos proprietários, vejamos sua origem. No agregado das vinte e cinco localidades a ampla maioria dos senhores havia nascido na Capitania de São Paulo, com o mesmo porcentual de 83% em 1804 e 1829 (não havia identificação de origem no censo de 1777). Minas Gerais representava outra área importante, em termos de origem dos proprietários, com porcentual a variar de 5 a 7,5%; nas demais regiões do País encontramos cerca de cinco por cento dos senhores; de Portugal resultou porcentual equivalente. Ao contrário das outras características dos proprietários, a origem mostrava alguma diferença quando as localidades segmentavam-se por regiões, principalmente quanto ao peso dos mineiros. No Oeste Paulista e Vale do Paraíba, áreas mais próximas do território mineiro, a participação dos indivíduos nascidos em Minas Gerais situava-se ao redor de dez por cento; nas demais áreas a participação reduzia-se significativamente, entre 1,0 e 3,6% (Tabela 4)

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS PROPRIETÁRIOS, POR ORIGEM E REGIÃO

Regiões	1804				1829			
	S.Paulo	M.Gerais	Outros(1)	Portugal	S.Paulo	M.Gerais	Outros(1)	Portugal
Vale do Paraíba	79,5	9,7	4,2	6,7	80,4	11,0	5,3	3,3
Região da Capital	85,9	2,8	3,7	7,5	88,3	2,4	2,6	6,6
Oeste Paulista	87,3	7,3	2,8	2,6	84,2	12,2	1,7	1,9
Caminho do Sul	87,3	3,6	2,7	6,4	83,0	1,5	13,8	1,6
Litoral	80,5	0,5	8,9	10,0	81,3	0,0	4,9	13,8
Total	83,8	5,2	4,3	6,7	83,1	7,3	5,1	4,5

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Nota: (1) outros Estados.

A seguir, tomemos a diferenciação entre livres e forros. Em estudos a respeito de Minas Gerais verificamos, na primeira metade do século XVIII, em algumas localidades específicas, um contingente expressivo de proprietários “forros”, ou seja, ex-escravos libertados. No início do século XIX essa expressiva parcela de forros reduziu-se significativamente, mas ainda manteve alguma expressão. Em Vila Rica, no ano de 1804, contaram-se 22 casos, ou seja, 2,9% dos senhores. Em São Paulo, consideradas todas as localidades, esse número mostrava-se inexpressivo, com apenas seis casos em 1777, em mais de três mil proprietários²⁹; em 1804, em

29. Poderia estar havendo subestimativa desse valor pela falta de identificação dessa característica dos proprietários e dos chefes de fogo.

somente um anotou-se essa característica.³⁰ Apenas como comparação, tomemos os dados da vila de Santos, para a qual possuímos dados de todos os fogos, com e sem escravos. Em 1829, tão-somente cinco proprietários foram identificados como forros; nesse mesmo ano, 66, dos 249 chefes de fogos sem escravos, foram classificados como forros. Ou seja, ocorria um processo de alforria, com alguma relevância, mas tornava-se mais difícil a ascensão à condição de proprietário de escravos. Talvez esse processo fosse efetivamente maior na região de extração de ouro de aluvião, como ocorreu em Minas Gerais no século XVIII.

Como características fundamentais dos proprietários de escravos podemos citar a predominância masculina, a cor branca, a origem da própria Capitania de São Paulo e a pouca importância dos elementos forros. Se comparados os chefes de fogos e proprietários, notava-se naqueles maior peso de pessoas não brancas e algum peso de indivíduos caracterizados como forros (quanto ao sexo, os resultados resultaram similares). O crescimento relativo da população de proprietários, ante os livres em geral, constituía outro ponto a enfatizar, pois representava o aprofundamento dos laços escravistas na sociedade como um todo.

3. CARACTERÍSTICAS DOS PROPRIETÁRIOS E POSSE DE ESCRAVOS

A grande maioria dos escravos pertencia a elementos do sexo masculino. No agregado das vinte e cinco localidades, pouco mais de 80% dos cativos estavam nessa situação, contra menos de 20% de propriedade das mulheres. O resultado, com poucas alterações, reproduzia-se nas cinco regiões analisadas e nos três anos considerados no trabalho. Exceto em 1777, nos demais anos considerados a proporção dos escravos controlados pelos senhores ultrapassava levemente a participação dos homens enquanto proprietários, a refletir que os elementos do sexo masculino apresentavam média de escravos possuídos ligeiramente superior à verificada entre as mulheres. A diferença na média dos dois segmentos foi maior no ano de 1829³¹; nesse ano, para os homens, resultou média de 7,4, contra 6,3 para as mulheres (Tabela 5).

30. Sobre a questão dos forros em Minas Gerais, vide LUNA (1981) e LUNA & COSTA (1980).

31. A diferença na média de escravos possuídos pelas proprietárias não reflete uma situação de “inferioridade” feminina. Refletia diferentes estruturas nas atividades exercidas pelas proprietárias e pelos proprietários. Nas mesmas atividades a média era similar, como veremos.

TABELA 5 - PORCENTAGEM DOS ESCRAVOS POSSUÍDOS, POR SEXO DOS PROPRIETÁRIOS

	Proprietários			Proprietárias		
	1777	1804	1829	1777	1804	1829
Vale Paraíba	84,9	83,8	85,6	15,1	16,2	14,4
Capital	77,3	76,5	77,6	22,7	23,5	22,4
Oeste Paulista	78,7	84,9	82,4	21,3	15,1	17,6
Caminho do Sul	86,3	79,3	80,7	13,7	20,7	19,3
Litoral	79,0	77,7	80,4	21,0	22,3	19,6
Total	80,8	80,8	82,3	19,2	19,2	17,7

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Por região, a comparação entre a média de escravos possuídos por homens e mulheres apresentava a mesma relação verificada no agregado, com os homens demonstrando valor médio levemente superior ao das mulheres, particularmente em 1804 e 1829; entretanto, em alguns casos específicos ocorria a situação inversa. Em 1777, por exemplo, no Vale do Paraíba as mulheres mostravam média superior a dos homens. Em 1804, em quatro das cinco regiões analisadas a média dos homens suplantava à das mulheres, e no Caminho do Sul o valor encontrado para os dois segmentos praticamente se igualou. Em 1829 repetiu-se o verificado em 1804, com quatro regiões seguindo a tendência de média superior para os proprietários; entretanto, no Oeste Paulista a média encontrada para as mulheres, 12,0, superava à dos homens, com 11,3. Note-se que as proprietárias eram, na sua maioria, viúvas,³² a controlar a totalidade ou parte da riqueza formada ao longo do tempo pelo casal (Tabela 6).

TABELA 6 - MÉDIA DE ESCRAVOS POSSUÍDOS, POR SEXO DOS PROPRIETÁRIOS

	Proprietários			Proprietárias		
	1777	1804	1829	1777	1804	1829
Vale Paraíba	4,71	5,63	7,78	5,94	5,50	6,40
Capital	5,19	5,17	4,89	5,77	4,45	4,66
Oeste Paulista	4,93	7,44	11,33	4,48	5,98	11,96
Caminho do Sul	4,95	4,98	4,75	3,46	5,00	3,93
Litoral	5,37	5,82	6,15	4,68	5,69	4,86
Total	5,02	5,83	7,36	5,01	5,17	6,35

Fonte: a mesma da Tabela 2.

32. As maiores proprietárias anotadas eram viúvas. Em 1829 anotaram-se oito mulheres com oitenta ou mais escravos, sendo três com mais de cem escravos; as oito registraram-se como viúvas.

A massa de dados compulsados permite relacionar o sexo do proprietário ao sexo dos escravos. Tanto no agregado da população como em cada uma das regiões verificou-se relativa correspondência entre os sexos dos cativos e dos senhores. Em todas as áreas encontramos maioria de homens entre os cativos de propriedade de indivíduos do sexo masculino, em proporção crescente no tempo, acompanhando o aumento na razão de masculinidade dos escravos, ocorrida entre 1777 e 1829.(LUNA, 1992) Para o conjunto dos cativos possuídos pelas mulheres a predominância masculina entre os escravos nem sempre ocorreu. Em 1777 e 1804, consideradas as vinte e cinco localidades, as escravas predominavam nos plantéis de propriedade das mulheres. No caso de 1777, apenas no Oeste Paulista tal fato não ocorreu, ou seja, havia uma pequena maioria de indivíduos do sexo masculino; nas demais regiões a maioria coube às escravas. Em 1804, no conjunto das localidades deu-se maioria feminina, embora em duas das regiões os escravos suplantassem as escravas, entre aqueles possuídos pelas mulheres. Em 1829 a situação alterou-se e encontramos, nos plantéis possuídos por proprietárias, maioria de escravos do sexo masculino tanto no agregado das vinte e cinco localidades como em quatro das cinco regiões analisadas; na região da Capital a maioria coube às mulheres. Em 1829, entre os escravos controlados pelos proprietários, resultava uma proporção de 62,6% de homens, e entre os escravos possuídos pelas proprietárias esse porcentual reduzia-se para 55,5%. A alta razão de masculinidade existente entre os escravos refletia-se também sobre o conjunto de cativos possuídos pelas mulheres.

Esta constatação de relativa correlação entre os sexos de escravos e seus senhores tem sido encontrada na maioria dos trabalhos que estudam posse de escravos.³³ Isso talvez possa ser explicado pelas próprias atividades exercidas pelas mulheres, tanto proprietárias como não-proprietárias, mais relacionadas a trabalhos como costura, por exemplo, proporcionalmente com mais escravos do sexo feminino. Nas áreas mais dinâmicas, onde preponderavam cultivos voltados para o exterior, como Vale do Paraíba e Oeste Paulista, com o aumento da razão de masculinidade da população escrava em geral crescia também a participação entre os escravos possuídos por mulheres, mas sempre em proporção menor comparativamente aos proprietários (Tabela 7).

33. A mesma constatação foi feita em trabalhos sobre Minas Gerais no período da mineração. (LUNA, 1981, p. 137) e LUNA & COSTA (1984).

TABELA 7 - RELAÇÃO ENTRE SEXO DOS PROPRIETÁRIOS E DOS ESCRAVOS POSSUÍDOS
(Participação Porcentual dos Escravos do Sexo Masculino)

	Proprietários			Proprietárias		
	1777	1804	1829	1777	1804	1829
Vale Paraíba	57,5	57,1	64,5	50,5	50,7	57,3
Capital	51,9	51,7	54,2	45,5	44,4	46,6
Oeste Paulista	53,4	62,1	67,4	50,3	51,8	61,9
Caminho do Sul	56,1	51,7	54,5	49,5	48,1	48,6
Litoral	59,4	55,4	59,1	47,2	50,0	52,7
Total	55,0	56,3	62,6	47,8	48,5	55,5

Fonte: a mesma da Tabela 2.

A análise da estrutura etária dos proprietários relativamente à posse de escravos mostra que uma parcela expressiva dos escravos era de propriedade de pessoas entre trinta e sessenta anos, com participação da ordem de 65%, levemente crescente no tempo (63,7% em 1777 e 67,9% em 1829), porcentual, aliás, muito próximo àquele representado por esse segmento populacional, entre os proprietários. Homens e mulheres mostravam resultados diferentes: para os proprietários a concentração na posse de escravos ocorria em idades inferiores às verificadas entre as mulheres, resultado que é facilmente explicado pela forma de acesso destas à categoria de proprietárias de escravos, na maioria dos caso pela viuvez. Em 1829, por exemplo, a parcela dos escravos controlada por homens com mais de cinqüenta anos variou entre 35% e 44% nos três anos considerados; no mesmo período, e para a mesma faixa etária, as proprietárias controlavam 54,9% dos escravos de propriedade das mulheres; em 1777 o porcentual fora 62,3% (Tabela 8).

TABELA 8 - FAIXA ETÁRIA DOS PROPRIETÁRIOS E PORCENTUAL DE ESCRAVOS POSSUÍDOS

	Faixas Etárias						
	0-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70 e mais
Proprietários							
1777	0,5	10,1	20,2	25,0	20,6	15,4	8,1
1804	0,7	13,5	23,6	23,9	19,2	12,1	7,1
1829	0,5	13,0	23,9	26,8	18,5	11,6	5,6
Proprietárias							
1777	0,6	5,6	12,0	19,4	23,3	22,5	16,5
1804	0,4	5,7	15,0	21,3	24,8	18,9	13,9
1829	0,3	6,1	15,0	23,8	23,2	21,1	10,6

Fonte: a mesma da Tabela 2.

A média de escravos possuídos representa outra forma de verificar a relação entre idade e posse. Segmentando-se proprietários e proprietárias, e considerando o conjunto de localidades em apreço, verifica-se que os resultados são ligeiramente distintos para homens e mulheres.

Para os homens, evidencia-se um processo de acumulação ao longo da vida dos senhores; para os proprietários, ao longo das faixas etárias de dez a sessenta anos, ocorria um processo contínuo de crescimento na média de escravos possuídos; seu valor, partindo de valores ao redor de três, elevava-se proporcionalmente à idade, até alcançar seu nível mais elevado na faixa etária de 50-59 anos.³⁴ O valor absoluto variava dependendo do ano considerado, sendo superior a seis em 1777, superior a sete em 1804 e superior a oito em 1829. A partir daquela idade a média estabilizava-se, ou mesmo retraía-se, voltando a subir levemente na faixa seguinte. Esse comportamento já se verificou em outros trabalhos,³⁵ e provavelmente reflete a acumulação de riqueza ao longo da vida, até a faixa etária de 50-59 anos; nessa idade, talvez parte dos proprietários distribuíssem parcela de seus bens com os herdeiros, mas continuassem em atividade, o que lhes permitia manter ou mesmo recompor o número de seus escravos. Fica evidente o processo de acumulação ao longo do ciclo de vida do proprietário, até aproximadamente sessenta anos, e relativa estabilidade a partir dessa faixa.

Para as mulheres, tal processo também se verifica, mas talvez represente a simultaneidade de um processo de acumulação próprio, de solteiras e casadas, juntamente ao aparecimento de mais viúvas, à medida que se caminha no sentido de idades mais elevadas (Tabela 9).

TABELA 9 - FAIXA ETÁRIA DOS PROPRIETÁRIOS E MÉDIA DE ESCRAVOS POSSUÍDOS

	Faixas Etárias						
	0-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70 e mais
Proprietários							
1777	5,00	2,86	4,08	5,06	6,31	6,18	6,65
1804	2,14	3,35	4,80	6,21	7,29	6,49	8,06
1829	3,41	4,50	6,20	7,51	8,91	8,51	8,69
Proprietárias							
1777	2,75	3,78	4,65	4,85	5,28	5,47	5,56
1804	2,60	3,66	3,88	5,10	5,71	5,92	5,56
1829	6,00	3,89	4,31	6,88	7,53	7,04	6,01

Fonte: a mesma da Tabela 2.

34. A média correspondente a 1777, para a faixa etária de 0-19 anos, está muito elevada pela existência de dois proprietários com 19 e 25 escravos e idade de 1 e 17 anos, respectivamente. Como são poucos os casos nessa faixa etária, estes proprietários, que provavelmente receberam os escravos por herança, distorcem os resultados.

35. Com resultados similares veja-se COSTA (1983) e LUNA (1986).

As conclusões obtidas para o agregado das localidades se repetem em termos de cada uma das regiões, com resultados mais instáveis (devido à redução na quantidade de observações). Como exemplo, apresentamos os gráficos que contemplam tais informações para os anos de 1829, com a população de proprietários dividida por sexo (Gráficos 1 e 2).

GRÁFICO 1: PROPRIETÁRIOS - 1829

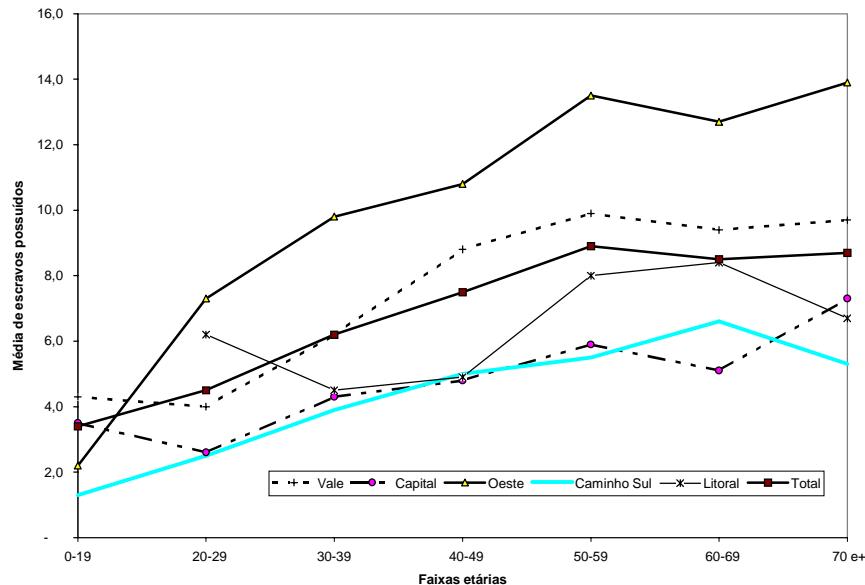
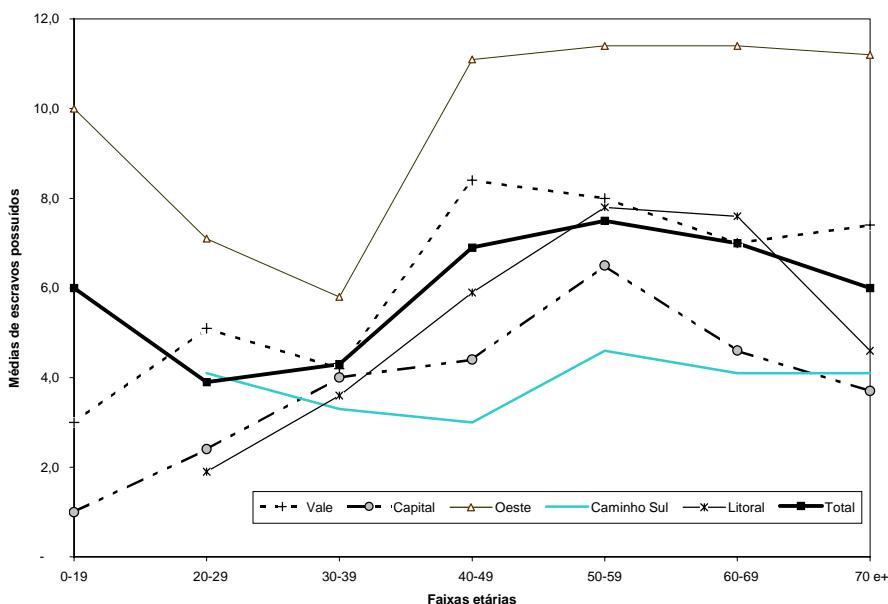


GRÁFICO 2 - PROPRIETÁRIAS - 1829



Neste capítulo evidenciaram-se alguns resultados importantes, a maioria confirmando trabalhos anteriores sobre o tema. Identificou-se elevada proporção de escravos possuídos pelos proprietários do sexo masculino; verificou-se média de escravos possuídos pelos proprietários ligeiramente superior ao das proprietárias; notou-se correspondência entre o sexo dos proprietários e de seus respectivos escravos, ou seja, os homens tendiam a possuir mais escravos do sexo masculino e as proprietárias mais escravas; por fim, detectou-se que a média de escravos por proprietário cresce proporcionalmente à faixa etária do proprietário (principalmente entre os homens).

4. ATIVIDADES ECONÓMICAS DOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS

Ainda com relação aos proprietários de escravos, vejamos suas atividades econômicas. Infelizmente, torna-se difícil obter dados para o período anterior a 1798, pois somente a partir deste ano registraram-se essas informações dos chefes de fogos, proprietários de escravos ou não. Neste trabalho, ao considerarmos as datas de 1777, 1804 e 1829, tornou-se possível o estudo destes dois últimos anos.

Os resultados obtidos comprovam a importância fundamental da agricultura naquela sociedade. Para o agregado das vinte e cinco localidades, os proprietários dedicados à produção agrícola representavam cerca de dois terços do total de proprietários nos anos de 1804 e 1829; seus escravos perfaziam, nos mesmos anos, porcentual ainda maior: superior a 75%. O porcentual apresentava diferenças significativas entre as várias regiões analisadas, mas em nenhuma delas os proprietários desse segmento representavam peso inferior a 50%.

Quanto às demais atividades, sua importância dependia essencialmente da região.³⁶ Considerada a participação nos proprietários, os segmentos com maior importância constituíam o artesanato e o comércio, na faixa dos dez por cento no agregado das localidades; as demais apresentavam, quanto aos proprietários, peso ainda menor, inclusive em atividades como serviços e transportes. Relativamente aos escravos, a participação resultou mais reduzida em face do baixo número de escravos por proprietário nessas atividades.³⁷

36. Neste trabalho servimo-nos da tipologia de atividades econômicas sugerida por COSTA & NOZOE (1987).

37. O Anexo 3 contém, para o ano de 1804 e 1829, um rol exaustivo do número de proprietários relacionados às várias atividades econômicas.

Por região, notam-se significativas diferenças. Em 1804, a participação dos proprietários dedicados à agricultura situava-se acima de 70% no Oeste Paulista, no Vale do Paraíba e no Caminho do Sul. No caso dos escravos, no Oeste Paulista e Vale do Paraíba, zonas de intensos cultivos voltados para a exportação, o porcentual da agricultura ultrapassava os oitenta por cento (87% no Oeste Paulista). Na região da Capital, onde se concentravam a administração pública e o comércio, identificou-se maior importância relativa das outras atividades. Em 1804, por exemplo, o artesanato e o comércio representavam, cada um, 11,2% dos proprietários; a “igreja, administração pública e profissões liberais” 8,1% e os rentistas 5,1%. Em 1829, ampliou-se para 9,2% o peso da “igreja, administração pública e liberais” e reduziu-se o dos rentistas para 1,9%. Nos dois anos a participação da agricultura limitou-se a cerca de 55% dos proprietários. No caso do Litoral, em 1804, mereciam realce o artesanato (14,7%) e o comércio (9,5%); em 1829, ampliou-se a importância relativa do comércio na região, representando 16,1% do total de proprietários. Nos dois anos o peso das atividades do mar não alcançou 3%. Entre 1804 e 1829 notava-se certa retração no peso relativo da agricultura, do artesanato e do fortalecimento do comércio, que chegava a alcançar 19,1% no Caminho do Sul e 16,1% no Litoral (Tabela 10).

TABELA 10 - PORCENTUAL DE PROPRIETÁRIOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

	Vale	Capital	Oeste	Cam. Sul	Litoral	Total
1804						
Agricultura	75,0	55,6	72,0	71,6	58,4	65,7
Mineração				0,9	0,1	0,1
Atividades Mar					2,7	0,4
Artesanato	6,7	11,2	6,2	5,5	14,7	9,0
Igr. Adm. Liberais	3,1	8,1	3,0	1,5	4,7	4,6
Rentistas	1,1	5,1	2,8	1,5	2,0	2,8
Comércio	6,7	11,2	3,7	8,6	9,5	8,1
Transportes	2,6	2,5	3,5	1,9	0,2	2,3
Serviços		0,2			0,3	0,1
Jornaleiros	0,2		0,4	1,3		0,3
Sem espec.	4,7	6,1	8,3	7,2	7,3	6,6
1829						
Agricultura	76,0	55,0	64,3	53,1	57,9	63,3
Mineração					1,4	0,2
Atividades Mar					7,6	8,0
Artesanato	6,6	9,2	7,9	9,7	5,0	4,6
Igr. Adm. Liberais	3,1	9,2	2,7	3,6	1,5	2,1
Rentistas	1,4	1,9	3,8	1,9		
Comércio	7,1	12,2	10,6	19,1	16,1	11,9
Transportes	1,8	3,1	4,1	3,0		2,5
Serviços		0,1				0,0
Jornaleiros	0,2	0,3	0,1	0,3		0,2
Sem espec.	3,7	9,0	6,5	9,2	10,5	7,1

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Relativamente à participação nos escravos, além da agricultura já citada, podemos enfatizar o peso do comércio na região da Capital, Caminho do Sul e Litoral, principalmente em 1829. As demais atividades pouco representavam nos dois anos e nas cinco regiões. Nas áreas mais dinâmicas, a forte capitalização das atividades agrícolas, particularmente em escravos, diluía a participação relativa das demais que, relativamente à agricultura, utilizavam poucos escravos (Tabela 11).

TABELA 11 - PORCENTUAL DE ESCRAVOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

	Vale	Capital	Oeste	Cam. Sul	Litoral	Total
1804						
Agricultura	83,0	62,2	87,0	74,9	68,5	75,5
Artesanato	2,9	5,4	1,7	2,7	9,8	4,3
Igr. Adm. Liberais	2,1	8,1	2,2	1,0	4,1	3,8
Rentistas	1,0	6,5	1,9	3,1	3,3	3,2
Comércio	4,6	11,4	2,0	9,8	9,0	7,0
Transportes	3,3	2,6	1,7	1,7	0,1	2,0
Sem espec.	3,0	3,8	3,4	4,5	3,0	3,5
1829						
Agricultura	88,3	60,0	86,5	59,8	66,6	78,7
Artesanato	2,0	4,5	1,6	4,8	3,4	2,7
Igr. Adm. Liberais	1,6	9,5	0,7	2,9	3,7	2,8
Rentistas	1,0	2,4	1,8	2,2	2,1	1,7
Comércio	4,2	12,2	3,7	20,7	17,5	8,1
Transportes	1,1	4,4	2,5	3,3		2,1
Sem espec.	1,7	6,8	3,0	6,1	6,1	3,8

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Segmentados os proprietários por sexo, verificam-se diferenças significativas em sua relação com as várias atividades. No artesanato as proprietárias apresentavam maior participação comparativamente aos homens, alcançando cerca de 20% no agregado das localidades, contra cerca de 5% para os proprietários. Isso se relacionava com a ativa participação das mulheres na costura. Essa maior participação das mulheres no artesanato fazia-se em detrimento da agricultura, à qual se dedicavam mais de 65% dos proprietários e pouco mais da metade das proprietárias. No comércio, transportes e “rentistas” também se verificava diferença entre os dois segmentos: nos dois primeiros verificava-se maior peso entre os homens do que entre as mulheres. No caso de “rentistas”, identificou-se maior peso entre as mulheres, provavelmente viúvas a viver de seus rendimentos.

A apontada diferença entre os sexos dava-se primordialmente na participação relativa das atividades entre os proprietários do que no concernente a seus respectivos escravos. Relativamente a estes, tanto para proprietários como para proprietárias a participação da agricultura mostrava-se superior a setenta por cento, e o peso do artesanato, apesar de ainda elevado entre as mulheres, situava-se bastante

abaixo do verificado em relação à distribuição porcentual das proprietárias por atividade, resultado esperado devido à baixa média de escravos por proprietários na maioria das atividades, excluída a agricultura (Tabela 12).

**TABELA 12 - PORCENTUAL DOS PROPRIETÁRIOS E ESCRAVOS
SEGUNDO SEXO E ATIVIDADE ECONÔMICA DOS
PROPRIETÁRIOS**

	Porcentual em relação aos proprietários					
	Agricultura	Artesanato	Igr. Adm. Lib.	Rentistas	Comércio	Transportes
1804						
Proprietários	68,7	6,0	5,7	1,7	8,9	2,8
Proprietárias	54,7	20,1	0,3	6,9	4,9	0,4
1829						
Proprietários	65,7	5,2	5,7	1,0	13,8	3,1
Proprietárias	53,7	19,4	0,2	6,9	3,9	0,5
1804						
Proprietários	76,4	2,9	4,7	2,1	7,9	2,4
Proprietárias	71,8	10,4	0,2	7,9	3,0	0,4
1829						
Proprietários	79,2	1,8	3,4	0,8	9,2	2,5
Proprietárias	76,0	6,8	0,2	5,9	3,1	0,5

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Obs: Não apresentamos os dados de Mineração, Atividades do Mar, Serviços e Jornaleiros, por sua insignificante participação porcentual.

Entre 1804 e 1829 deu-se forte elevação na média de escravos possuídos, tomado o conjunto das regiões e das atividades, que passou de 5,8 para 7,2. O mesmo movimento verificou-se na agricultura, cuja média passou de 6,5 para 8,9, com média de escravos por proprietário bastante superior à média das demais atividades. Regionalmente, detectavam-se diferenças expressivas nesse indicador, tanto levando em consideração as atividades no seu todo como em relação à agricultura em particular, com esta última afetando a média geral, por seu peso significativo.

Em 1804, para a agricultura, o Oeste Paulista apresentava a maior média, com 8,6, seguido pelo Litoral e Vale do Paraíba, com índices superiores a seis. Na Caminho do Sul e região da Capital a média situava-se em 5,2 e 5,6, respectivamente. Em 1829 a dispersão ampliou-se, sendo as médias mais elevadas encontradas novamente no Oeste Paulista, com a excepcional média de 15,1, e no Vale do Paraíba, com 8,8. Em patamar intermediário situava-se o Litoral, com 7,0; nas demais (região da Capital e Caminho do Sul) a média manteve-se pouco acima de cinco. Contrariamente ao forte crescimento verificado no Oeste Paulista e no Vale do

Paraíba, as demais regiões repetiram valores praticamente idênticos aos verificados em 1804. Ou seja, nessas regiões a ampliação da agricultura não resultou no aumento no número médio de escravos, refletindo certa estabilidade no tipo de cultivos realizados, ainda preponderantemente de subsistência; nas áreas voltadas para a exportação, estas atividades consolidavam-se e tornavam-se de maior porte (Tabela 13).

TABELA 13 - MÉDIA DE ESCRAVOS POSSUÍDOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

	Vale	Capital	Oeste	Cam. Sul	Litoral	Total
1804						
Agricultura	6,21	5,57	8,64	5,21	6,83	6,54
Mineração				10,0	1,00	8,88
Atividades Mar					4,17	4,17
Artesanato	2,44	2,40	1,97	2,46	3,89	2,73
Igr. Adm. Liberais	3,84	4,98	5,23	3,36	5,10	4,80
Rentistas	5,15	6,34	4,91	10,45	9,39	6,59
Comércio	3,88	5,05	3,88	5,70	5,52	4,91
Transportes	7,03	5,18	3,46	4,50	3,00	4,98
Serviços		2,00			2,67	2,33
Jornaleiros	2,5		1,80	1,40		1,65
1829						
Agricultura	8,76	5,29	15,07	5,14	6,99	8,90
Atividades Mar					2,77	2,77
Artesanato	2,31	2,35	2,34	2,28	2,73	2,37
Igr. Adm. Liberais	3,96	5,03	3,04	3,64	4,52	4,34
Rentistas	5,13	6,23	5,34	5,14	8,64	5,73
Comércio	4,45	4,84	3,92	4,96	6,57	4,91
Transportes	4,56	6,90	6,65	5,16		6,04
Serviços	1,00	2,00				1,50
Jornaleiros	1,50	2,60	4,50	2,33		2,50

Fonte: a mesma da Tabela 2.

O cálculo da média de escravos possuídos, por atividades, mas com os proprietários segmentados por sexo, mostra que nas atividades mais relevantes, como agricultura, artesanato, comércio e “rentistas”, não se evidenciavam diferenças marcantes, possíveis de serem explicadas pelo sexo do proprietário. Nos transportes, atividade tipicamente masculina, a baixa expressão quantitativa das mulheres no segmento dificulta a comparação (Tabela 14).

TABELA 14 - MÉDIA DE ESCRAVOS POSSUÍDOS, POR SEXO E ATIVIDADE DO PROPRIETÁRIO

	Agricultura	Artesanato	Igr. Adm. Li.	Rentistas	Comércio	Transportes
1804						
Proprietários	6,49	2,78	4,81	7,38	5,17	4,99
Proprietárias	6,79	2,68	3,75	5,88	3,12	4,80
1829						
Proprietários	8,84	2,34	3,96	5,91	4,60	4,26
Proprietárias	8,98	2,23	6,00	5,48	4,95	7,14

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Obs: Não apresentamos os dados de Mineração, Atividades do Mar, Serviços e Jornaleiros, por sua insignificante participação porcentual.

Em 1804, a quarta parte dos proprietários dedicados à agricultura residia no Vale do Paraíba e outra quarta parte na Região da Capital; o Oeste Paulista respondia por 22,5% dos senhores. No Litoral e no Caminho do Sul encontraram-se, em cada uma dessas regiões, 14% dos proprietários. Considerados os escravos, as participações alteravam-se significativamente. No Oeste Paulista, como a média de escravos possuídos mostrava-se muito superior à média das localidades, embora com 22,5% dos proprietários, seus cativos perfaziam 29,7% do total. Quanto às outras atividades, cabe realçar o peso expressivo da região da Capital,³⁸ tanto em relação aos proprietários como no referente aos escravos, em inúmeras atividades, tais como “igreja, administração e prof. Liberais”, rentistas, serviços, artesanato e comércio. Nessa região concentrava-se parte expressiva dos proprietários dedicados a tais atividades, em porcentual que variava entre 35 e 50%.

No ano de 1829 ocorreram algumas alterações importantes, a mais expressiva relacionada com o Vale do Paraíba, que se transformou na região com maior concentração dos agricultores (35,3%), seguido pelo Oeste Paulista, com 22,6%. Como nesta última região se concentravam os maiores plantéis da Capitania, ao se considerar a participação dos escravos na agricultura, o Oeste Paulista, com 38,3%, ultrapassava o Vale do Paraíba, que respondia por 34,7% dos cativos relacionados com este tipo de atividade. Relativamente aos escravos, as demais áreas em conjunto (região da Capital, Caminho do Sul e Litoral) detinham 27%, menos do que o Oeste Paulista e o Vale do Paraíba individualmente. Inegavelmente, essas duas áreas tornavam-se as mais importantes da Capitania, e ali se desenvolviam as principais produções agrícolas voltadas para exportação, o que explica a concentração de mais de 70% dos escravos dedicados à agricultura de São Paulo.

38. Um estudo profundo da Cidade de São Paulo foi efetuado por MARCÍLIO (1973).

Quanto aos proprietários nas demais atividades, repetia-se o verificado em 1804, com forte expressão da região da Capital nos transportes (26,3%), "igreja, administração e prof. Liberais" (42,8%), serviços (50,0%), jornaleiros (35,7%), artesanato (24,8%) e comércio (22,2%). Nessas atividades a região da Capital era ultrapassada, no caso dos transportes, pelo Oeste Paulista, com 36,3% (Tabela 15).

TABELA 15 - ATIVIDADES DISTRIBUÍDAS POR REGIÃO - 1829

	Vale	Capital	Oeste	Cam. Sul	Litoral	Total
Distribuição em relação aos proprietários						
1804						
Agricultura	24,7	24,3	22,5	14,4	14,0	100
Artesanato	16,1	35,8	14,2	8,1	25,8	100
Igr. Adm. Liberais	14,8	51,0	13,6	4,3	16,3	100
Rentistas	8,3	52,9	20,4	7,0	11,5	100
Comércio	18,0	39,9	9,4	14,0	18,6	100
Transportes	24,8	31,0	31,8	10,9	1,6	100
1829						
Agricultura	35,3	18,7	22,6	12,1	11,3	100
Artesanato	24,1	24,8	21,8	17,5	11,8	100
Igr. Adm. Liberais	19,7	42,8	13,0	11,3	13,3	100
Rentistas	19,4	18,8	40,0	13,1	8,8	100
Comércio	17,7	22,2	19,9	23,3	16,9	100
Transportes	20,5	26,3	36,3	16,8		100
Distribuição em relação aos escravos						
1804						
Agricultura	23,5	20,7	29,7	11,5	14,6	100
1829						
Agricultura	34,7	11,1	38,3	7,0	8,9	100

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Prosseguindo, segregamos os proprietários por atividade e tamanho de plantel.

Em 1804, os pequenos proprietários apresentavam participação marcante em todas as atividades. O peso daqueles que possuíam entre um e cinco cativos resultava superior a 65%, relativamente aos proprietários para a várias atividades econômicas. A agricultura mostrava o menor porcentual, com 65,1%, e o artesanato o maior, com 89,6%. Se estendermos o tamanho, considerando os plantéis de até dez cativos, em todas as atividades, inclusive na agricultura, resultava uma excepcional concentração de proprietários, a variar entre 83,1% para a agricultura a 97,6% no artesanato. Para os plantéis acima de vinte cativos encontramos cerca de 6% no caso da agricultura e porcentuais ainda mais reduzidos nos demais. Para o ano de 1829 verificou-se um significativo aumento no tamanho médio dos plantéis na agricultura e nos transportes. No caso da agricultura, os médios e grandes proprietários, com mais de vinte cativos, que perfaziam cerca de 6% em 1804, já representavam 9,3% no último ano considerado (Tabela 16).

TABELA 16 – DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DE PROPRIETÁRIOS DE CATIVOS SEGUNDO ATIVIDADES E FAIXA DE NÚMERO DE ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO

	Faixa de números de escravos					
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 40	41 e mais	Total
1804						
Agricultura	65,08	17,92	11,07	4,41	1,53	100,00
Artesanato	89,59	8,06	1,96	0,39		100,00
Comércio	71,18	16,81	9,61	1,75	0,66	100,00
Transportes	72,87	17,05	7,75	1,55	0,78	100,00
Outros	68,58	18,05	10,62	2,34	0,42	100,00
1829						
Agricultura	58,80	18,07	12,86	6,44	3,83	100,00
Artesanato	92,52	6,15	1,16	0,17		100,00
Comércio	71,85	18,13	8,00	1,35	0,68	100,00
Transportes	60,53	22,63	13,16	3,68		100,00
Outros	71,21	20,75	7,10	0,75	0,19	100,00

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Além da relação entre faixa do tamanho de plantel e proporção de proprietários em cada uma das faixas, pode-se efetuar a mesma relação considerando o número de escravos possuídos pelos proprietários nas várias faixas de tamanho. Estes resultados são mais ilustrativos quanto à real situação de distribuição dos escravos nas várias atividades. A estrutura de distribuição muda radicalmente. No caso do artesanato, mantém-se o elevado porcentual para os pequenos proprietários. Ou seja, no setor existia grande número de pequenos proprietários a controlar a maioria dos escravos; o médio e grande proprietários não eram significativos na atividade. Nas demais atividades, em particular na agricultura, a distribuição porcentual entre pequenos, médios e grandes mostrava-se mais equilibrada, o que demonstra o significativo peso dos estratos superiores de tamanho. Em 1804, se tomarmos os proprietários com vinte e mais escravos, que representavam cerca de 6% dos proprietários, o porcentual de seus escravos elevava-se para 32,4%. Em 1829 o peso dos médios e grandes mostrava-se ainda maior, com 9,3% dos senhores e 48,0% dos escravos. Ou seja, em 1829 os proprietários com até vinte escravos, que representavam cerca de 90% dos casos, controlavam pouco mais da metade dos escravos; por outro lado, aqueles com vinte ou mais cativos, com porcentual inferior a 10% dos casos, possuíam a outra metade.

Os números de 1829 refletiam a intensificação dos cultivos voltados para exportação. Os resultados foram fortemente influenciados pela realidade do Oeste Paulista; ali os senhores com mais de vinte cativos (pouco mais de 15% dos agricultores) controlavam cerca de 70% dos cativos. Nas demais áreas, inclusive

no Vale do Paraíba, os porcentuais eram muito inferiores. Nesta região, por exemplo, o mesmo segmento de agricultores possuía 41,7%; no Litoral 33,6% e nas demais regiões os porcentuais eram ainda menores (Tabela 17).

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS CATIVOS SEGUNDO ATIVIDADES E FAIXA DE NÚMERO DE ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO

	Faixa de números de escravos					Total
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 40	41 e mais	
1804						
Agricultura	23,89	20,48	24,25	18,27	13,11	100,00
Artesanato	63,09	22,81	10,43	3,67		100,00
Comércio	32,21	24,76	27,15	9,14	6,74	100,00
Transportes	37,95	25,04	21,93	8,40	6,69	100,00
Outros	32,72	25,04	27,08	11,36	3,80	100,00
1829						
Agricultura	15,71	15,32	20,97	20,30	27,70	100,00
Artesanato	72,76	18,98	6,37	1,89		100,00
Comércio	34,94	27,71	22,75	7,32	7,28	100,00
Transportes	24,06	28,51	32,08	15,34		100,00
Outros	39,22	32,28	21,60	3,69	3,21	100,00

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Neste segmento do trabalho, no qual estudaram-se as atividades econômicas dos proprietários, encontraram-se as seguintes evidências:

- ♦ grande peso da agricultura, no agregado das localidades e em todas as regiões, com porcentual de cerca de dois terços dos proprietários e quatro quintos dos escravos. Apenas na região da Capital verificou-se maior significância das outras atividades, tais como artesanato, comércio, “igreja, administração pública e profissionais liberais”;
- ♦ quando os proprietários são divididos por sexo e atividade, nota-se média de escravos possuídos relativamente equilibrada entre homens e mulheres. No conjunto das atividades a média das proprietários mostrava-se menor, pelo seu maior peso em atividades com baixa média de escravos, tais como o artesanato;
- ♦ entre 1804 e 1829 elevou-se a média de escravos possuídos, particularmente no Oeste Paulista e no Vale do Paraíba, obtendo-se, neste último ano, média de 15,1 e 8,8, respectivamente;
- ♦ quanto à distribuição dos proprietários por tamanho de plantel, notava-se, no agregado das localidades, um peso elevado dos pequenos e médios senhores, quando considerado sua participação entre os proprietários, mas com significativo expressão dos grandes, quando levado em consideração a

proporção relativamente aos escravos. Assim, tomando-se o segmento de um a vinte cativos, seu peso entre os proprietários alcançava o expressivo porcentual de 90%; entre os escravos o porcentual situava-se em 50%. A outra metade dos escravos era controlada pelos senhores com mais de vinte escravos, que perfaziam a décima parte dos senhores.

4.1. Proprietários e Atividades Agrícolas

A importância da agricultura em São Paulo justifica sua desagregação. A preocupação maior relaciona-se com a separação de atividades voltadas à produção de produtos para exportação, tais como café e açúcar, e dos cultivos de gêneros alimentícios. Como veremos ao longo do período de 1804 a 1829, ocorreram mudanças substanciais na importância relativa dessas atividades.

Em 1804, no agregado das localidades e em cada uma das regiões, verificou-se expressivo peso do segmento que comporta a produção de alimentos como milho, feijão, arroz, mandioca etc., bem como de produtos não claramente identificados nas listas nominativas e ali discriminados pelo nome genérico de mantimentos. O agregado destes produtos, apresentados neste trabalho sob o título de “outros cultivos”, devia servir tanto ao consumo dos agricultores como à venda de seus excedentes, e representar uma fonte importante de renda para a maioria dos agricultores, com ou sem escravos. No conjunto das localidades, 72,4% dos proprietários estavam relacionados com tal segmento. Regionalmente, identifica-se uma marcante participação relativa desse segmento dos produtores rurais em todas as áreas, com porcentuais variando entre 59,2% no Oeste Paulista a 84,2% na região da Capital. Quanto aos cativos, tais porcentuais retraíam-se em decorrência do reduzido tamanho médio dos plantéis. Para os “outros cultivos”, consideradas todas as localidades, resultou valor de 48,8%. No Oeste Paulista, o expressivo peso dos grandes proprietários, não relacionados com estas culturas, reduzia a participação do segmento para apenas 24,4%, O porcentual mantinha-se elevado nas demais, particularmente na região da Capital, com 73,9% dos escravos listados.³⁹

Vejamos a produção açucareira.⁴⁰ Em 1804 a atividade concentrava-se no Oeste Paulista, com participação também expressiva no Litoral, no Caminho do Sul e no Vale do Paraíba. O Oeste Paulista era marcado essencialmente pela produção de açúcar, concentrando-se nessa atividade 34,1% dos proprietários e o excepcional porcentual de 70,4% dos escravos, particularmente em médios e grandes plantéis. No Litoral, os produtores de açúcar representavam 18,6% dos senhores e seus

39. Em 1829, no agregado das localidades, no segmento de “outros cultivos” somavam-se mais de quatorze mil escravos, distribuídos por mais de três mil proprietários.

40. Existem dois importantes trabalhos a respeito do açúcar em São Paulo: PETRONE (1968) e QUEIRÓZ (1967).

cativos correspondiam a 34,0% dos escravos da região; no Vale do Paraíba os porcentuais eram de 7,71% e 19,86%, respectivamente; por fim, no Caminho do Sul 3,18% dos senhores se situavam na atividade, com controle de 12,1% dos cativos. No agregado das localidades consideradas neste trabalho, os produtores de açúcar correspondiam a 12,83% dos proprietários e 32,96% dos escravos.⁴¹

Outra atividade importante correspondia à produção de aguardente. A maior concentração ocorria na região da Capital, na qual o açúcar apresentava expressão praticamente nula. À produção de aguardente dedicavam-se 12,0% dos proprietários da região, com o porcentual dos escravos situando-se em 19,0%. No Litoral também encontramos participação significativa, com 5,6% dos proprietários e 9,5% dos escravos. Nas demais regiões seu peso revelava-se bastante reduzido, com menos de 3% dos escravos.

Nesse ano de 1804 o café ainda não tinha qualquer expressão nas vinte e cinco localidades estudadas. Apareciam apenas 22 proprietários no setor, sendo quatro no Vale do Paraíba, nove no Oeste Paulista e nove no Litoral (Tabela 18).

TABELA 18 - PORCENTUAL DE PROPRIETÁRIOS POR ATIVIDADE AGRÍCOLA

	Vale	Capital	Oeste	Cam. Sul	Litoral	Total
1804						
Açúcar	7,71	0,66	34,09	3,18	18,62	12,83
Aguardente	3,71	11,96	1,44	2,99	5,57	5,36
Cana partido			1,79			
Café	0,44		1,08		1,73	0,59
Tabaco						
Outros cultivos	72,19	84,17	59,21	79,26	66,41	72,38
Pecuária	14,83	2,33	2,03	14,02		6,71
Pesca Fluvial		0,33			4,61	0,73
Extrativismo		0,22		0,19	0,38	0,13
1829						
Açúcar	3,17	0,56	36,84	4,34	2,23	10,32
Aguardente	6,15	5,18	2,14	1,22	3,16	3,87
Cana Partido			1,21	0,35		0,32
Café	35,74	6,65	0,37	0,17	6,88	14,73
Tabaco	0,42					0,15
Outros cultivos	49,01	86,14	53,27	82,26	74,73	63,86
Pecuária	4,06	1,24	5,50	10,96		4,24
Pesca Fluvial					2,97	
Extrativismo	0,12	0,23	0,09			0,11

41. Do ponto de vista numérico, os proprietários no segmento açucareiro se distribuíam da seguinte forma em 1804: "Senhor de Engenho" 276 casos; "Tem Engenho de Açúcar" 69 casos; "Faz Açúcar" 130 casos e "Engenho sem Produção" 1 caso. Totalizam 476 proprietários, provavelmente perfazendo o mesmo número de Engenhos de açúcar, com um total de 7860 escravos. Se considerarmos apenas os anotados como "Senhor de Engenho", temos 276 casos, com 5995 escravos. Média de 21,7 escravos por senhor. Os demais têm média de 9,3.

Vejamos a situação em 1829. A mudança mais importante verificada em 1829, comparativamente a 1804, foi o crescimento excepcional do cultivo de café no Vale do Paraíba,⁴² cujos agricultores proprietários de escravos participavam com 35,7% no total de proprietários e 44,8% entre os escravos. Parcela expressiva da participação da cafeicultura dessa região devia-se à vila de Areias, pois na localidade concentrava-se parte significativa dos cafeicultores do Vale do Paraíba. De um total de 699 cafeicultores contados em 1829 no total das 25 localidades, 598 se situavam no Vale do Paraíba, sendo 413 residentes em Areias. Ou seja, 59% dos cafeicultores considerados neste trabalho, em 1829, localizavam-se naquela vila. No caso dos escravos esse porcentual alcançava 65%.⁴³

No Litoral e na região da Capital o peso dos cafeicultores situava-se em seis por cento, e seus escravos representavam cerca de oito por cento. No Oeste Paulista e no Caminho do Sul a cafeicultura não apresentava qualquer expressão. Embora o peso da cafeicultura fosse localizado, os escravos possuídos por cafeicultores representavam 17,26% do total listado, em 1829, nas vinte e cinco localidades.

Relativamente aos “outros cultivos”, reduziu-se seu peso relativo, tanto em relação aos proprietários como aos escravos. No agregado das localidades, quanto aos proprietários, a participação reduziu-se de 72,4% para 63,86%; no caso dos escravos, passou de 48,8% para 33,3%. O peso dessas atividades mantinha-se elevado na região da Capital, no Caminho do Sul e no Litoral. Nas três áreas, mais da metade dos escravos continuavam no segmento, produzindo alimentos de subsistência; na região da Capital seu peso alcançava 72,0%.

A atividade açucareira manteve relativamente estável sua participação.⁴⁴ No Oeste Paulista, principal área produtora, o peso dos proprietários ligados ao cultivo resultava 36,8% do total de senhores, absorvendo o elevado porcentual de 78,8% dos escravos da região.⁴⁵ Nas demais áreas o peso dos proprietários nesse segmento

42. Em dois trabalhos a respeito de Areias analisamos mais a fundo a atividade cafeeira em Areias, que já apresentava uma cafeicultura importante em 1829. (LUNA, 1994 e 1995). Sobre o mesmo tema veja-se MOTTA (1990) e MOTTA & NOZOE (1994).

43. Em 1829 eram 4735 escravos possuídos por cafeicultores em Areias, para um total de 7286 escravos de propriedade de cafeicultores nas vinte e cinco localidades. Em Areias os cafeicultores respondiam por cerca de 90% dos escravos de posse dos agricultores. (LUNA, 1995)

44. Deve-se lembrar que entre 1804 e 1829 deu-se a retração no mercado para o açúcar brasileiro, que se expandira fortemente com as Guerras Napoleônicas. É provável que nos primeiros anos do século XIX o dinamismo dessa atividade fosse maior do que em 1829. Como comparamos apenas os dois pontos (1804 e 1829), torna-se difícil captar esse movimento.

45. Eram 490 proprietários com 15379 escravos. Os casos ocorreram da seguinte forma: “Senhor de Engenho” 355 casos; “Tem Engenho de Açúcar” 95 casos; “Faz Açúcar” 32 casos; “Engenho sem produção” 5 casos e “Engenho novo” 3 casos.

era: 4,3% no Caminho do Sul, 3,2% no Vale do Paraíba e 2,2% no Litoral. Os escravos anotados nesse segmento alcançavam 20,2%, 10,9% e 10,1%, respectivamente, nas mesmas três regiões.

Na produção de aguardente ocorreu redução na participação relativa: quanto aos proprietários, passou de 5,4% para 3,9% entre 1804 e 1829; com referência aos escravos, a média reduziu-se de 6,8% para 5,2%. A região da Capital manteve-se como a mais importante, pois nessa área 14,7% dos escravos situavam-se nessa atividade.

Outro segmento expressivo correspondia à pecuária. Em 1804 sua importância maior ocorria no Vale do Paraíba, com 14,8% dos proprietários e 22,8% dos escravos, e no Caminho do Sul, com participações de 14,0% e 26,1%, respectivamente. No Vale do Paraíba destacavam-se Cunha e São Luís do Paraitinga. No Caminho do Sul o realce cabia a Curitiba. Em 1829 reduziu-se a importância relativa da pecuária no Vale do Paraíba,⁴⁶ tanto em relação aos proprietários como aos escravos. Assim, 4,1% dos senhores encontravam-se na pecuária, com 6,53% dos escravos (este porcentual aproxima-se do da aguardente na região e mais da metade do peso do açúcar). Diminuiu também a participação relativa no Caminho do Sul, mas de forma mais moderada, com 11,0% dos proprietários e 15,1% dos escravos; na região, Curitiba representava a vila onde a pecuária mostrava maior importância.⁴⁷

Talvez a verdadeira importância econômica da pecuária não fosse claramente avaliada pela forma de anotação nos censos populacionais. Citava-se usualmente a atividade mais importante, e muitas vezes quando não havia identificação clara do produto colocava-se: “produz ou planta para seu sustento”, ou “produz mantimentos” etc. É provável que parcela significativa da criação em São Paulo ocorresse subsidiariamente a outras atividades, não sendo claramente identificada em áreas de açúcar, aguardente, café ou outros cultivos. A maioria dos estudos a respeito das atividades agrícolas em São Paulo até o século passado, e que tenham por base as listas nominativas dos habitantes, podem estar escondendo, involuntariamente, a verdadeira importância econômica da criação de gado.

46. Em 1804 os escravos pertencentes aos proprietários desse segmento no Vale do Paraíba somavam 1296. Em 1829 esse total reduzira-se para 957.

47. Sorocaba, tradicional pela sua feira de muares, não apresentava importância tanto em relação a proprietários como escravos na pecuária. Sobre a vila, veja-se KLEIN (1985) e LUNA (1986).

As demais atividades agrícolas encontradas nos anos de 1804 e 1829 não apresentavam expressão, tanto em relação aos senhores como escravos. Eram pequenas atividades com poucas ocorrências. Deve-se notar que encontramos poucos casos vinculados à produção autônoma de cana, na forma de “cana de partido” ou “planta cana”. Em estudo já citado a respeito do Litoral Norte de São Paulo⁴⁸ foram encontrados inúmeros plantadores independentes de cana, inclusive não proprietários de escravos; tais agricultores deveriam ser fornecedores dos engenho de açúcar ou aguardente existentes na região (Tabela 19).

TABELA 19 - PORCENTUAL DE ESCRAVOS POR ATIVIDADE AGRÍCOLA DOS PROPRIETÁRIOS

	Vale	Capital	Oeste	Cam. Sul	Litoral	Total
1804						
Açúcar	19,86	1,95	70,42	12,09	34,00	32,36
Aguardente	2,41	18,99	1,18	2,51	9,51	6,81
Cana partido			0,96			0,28
Café	0,23		0,68		2,98	0,69
Tabaco						
Outros cultivos	54,26	73,89	24,38	59,16	46,06	48,81
Pecuária	22,77	4,63	2,05	26,07		9,90
Pesca Fluvial		0,22			3,88	0,61
Extrativismo		0,14		0,04	0,11	0,05
1829						
Açúcar	10,87	1,58	78,83	20,23	10,13	36,44
Aguardente	7,54	14,66	0,96	2,00	5,55	5,25
Cana Partido			0,76	0,58		0,33
Café	44,81	8,10	0,17	0,47	7,95	17,26
Tabaco	0,23					0,08
Outros cultivos	29,40	72,02	14,72	61,39	58,49	33,34
Pecuária	6,53	3,57	3,92	15,06		5,22
Pesca Fluvial					0,88	0,08
Extrativismo	0,03	0,06	0,01			0,02

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Em nossa coleta de dados consideramos além da atividade principal⁴⁹ dos proprietários outras porventura discriminadas. Na grande maioria dos casos encontrou-se como atividade complementar a agricultura de subsistência, em nossa classificação enquadrada em “outros cultivos”. Em 1829, por exemplo, foram 1489 ocorrências, com 22.247 escravos. Somando-se esses escravos aos já classificados

48. Em São Sebastião, no ano de 1798, 65,4% dos proprietários e 48,1% dos não-proprietários de escravos dedicavam-se a essa atividade como ocupação principal.(FERNANDEZ, 1992)

49. Quando havia mais de uma atividade no fogo, a classificação de atividade principal realizou-se no ato da coleta dos dados, por informações contidas no censo, em cada fogo, tais como número de escravos, produção e venda de produtos etc; procurava-se compreender de qual das várias atividades discriminadas provinha a parcela mais importante da renda do fogo. Trata-se, sem dúvida, de critério subjetivo.

nesse segmento da agricultura, atinge-se um porcentual superior a 70% de escravos relacionados em fogos com o plantio de gênero de subsistência indicada como atividade principal ou complementar. O mesmo exercício efetuado para a pecuária resulta em um porcentual de 11% dos escravos nesse segmento. A pecuária como atividade complementar aparecia com mais densidade do que como atividade principal em São Paulo no período em questão.

Ainda com relação ao tipo de cultivo por região, agregaram-se as atividades⁵⁰ naquelas mais tipicamente voltadas para mercado externo (café, açúcar e tabaco) e para o mercado interno (as demais).

Em 1804 verifica-se diferença dramática entre o Oeste Paulista e as demais regiões. Considerados os escravos orientados para cada um desses grandes segmentos, verifica-se que no total das vinte e cinco localidades o porcentual do mercado interno resultava 67%, participação igualada ou superada no Vale do Paraíba, região da Capital e Caminho do Sul, com valores entre 98% e 63%. Entretanto, no Oeste Paulista o peso das atividades voltadas para o mercado interno era largamente ultrapassado pelo mercado externo. Este explicava 71,1%, contra apenas 28,9% do mercado interno, resultado devido única e exclusivamente ao açúcar, pois o café ainda não mostrava importância em nenhuma região. Em 1829 os números repetiam-se em todas as regiões, com exceção do Vale do Paraíba. Nesta área o crescimento do café fez o peso do mercado externo (55,9%) superar o do mercado interno (44,1%). A significativa participação do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista no total de escravos da Capitania (65%) influenciou sobremaneira a alocação de escravos das vinte e cinco localidades, resultando⁵¹ em participação das atividades tipificadas como de exportação, da ordem de 53,8%, superando, portanto, as orientadas para o mercado interno (Tabela 20).

50. A aguardente prestava-se tanto ao consumo interno como para exportação. Embora sem informações a confirmar esta decisão, preferimos considerar esta produção como voltada ao mercado interno.

51. Se considerarmos a aguardente no mercado externo, o porcentual desse segmento aumentaria para 39,86% em 1804 e 59,03% em 1829.

TABELA 20 - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS POSSUÍDOS POR TIPO DE CULTIVO

	Vale	Capital	Oeste	Cam. Sul	Litoral	Total	Total(1)
1804							
Exportação	20,08	1,95	71,11	12,08	36,98	33,05	39,86
Mercado interno	79,92	98,05	28,89	87,92	63,02	66,95	60,14
1829							
Exportação	55,90	9,68	78,99	20,71	18,07	53,78	59,03
Mercado interno	44,10	90,32	21,01	79,29	81,93	46,22	40,97

Fonte: a mesma da Tabela 2.

(1) Considerando a aguardente na exportação.

Ocorria relativa especialização das atividades por região. Assim, em 1804, a grande maioria dos proprietários relacionados com a produção de açúcar foram identificados no Oeste Paulista (64,7% dos proprietários); o Vale do Paraíba e Litoral apareciam também como regiões nas quais a atividade açucareira mostrava-se expressiva (cerca de 15% dos proprietários em cada uma dessas áreas). As vilas com maior significado na produção de açúcar correspondiam a Itu (116 proprietários e 2513 escravos) e Porto Feliz (76 senhores e 1189 cativos). Em 1829 a situação se manteve, com peso ainda maior do Oeste Paulista, responsável, nesse ano, por 82,8% dos casos identificados como produzindo açúcar. Porto Feliz, Campinas, Itu, Jundiaí e Mogi Mirim constituíam as vilas mais representativas. Somente nessas cinco localidades quase treze mil escravos pertenciam aos 390 senhores relacionados com a atividade.

Quanto à produção de aguardente, em 1804 a primazia coube à região da Capital, que respondia por 60,2% dos proprietários dedicados a essa lide produtiva. A própria Capital representava o núcleo com maior importância, tanto em número de proprietários (59) como de escravos, estes somando 363; Mogi das Cruzes vinha a seguir com 32 casos e 254 escravos. Em 1829 cerca da metade dos agricultores dedicados à aguardente residiam no Vale do Paraíba e outros trinta por cento na região da Capital. Individualmente, mereciam realce Lorena, com 487 escravos (42 casos), Mogi das Cruzes, com 284 escravos (26 casos) e Guaratinguetá, com 222 escravos (23 casos). A Cidade de São Paulo perdera importância relativa e absoluta, com apenas sete produtores de aguardente, com 106 escravos.

Relativamente ao café, conforme exposto, sua importância ocorreu somente no ano de 1829⁵² e a concentração se dava, quase que exclusivamente, no Vale do Paraíba, e Areias despontava como o principal núcleo produtor de café nessa área.

Quanto aos “outros cultivos”, havia distribuição relativamente equilibrada por todas as áreas, sendo as regiões da Capital e o Vale do Paraíba as mais representativas.⁵³ Na pecuária, mais da metade dos casos verificaram-se no Vale do Paraíba, seguido pelo Caminho do Sul, com concentração de trinta por cento dos criadores (Tabela 21).

TABELA 21 - ATIVIDADES AGRÍCOLAS DISTRIBUÍDAS POR REGIÃO

	Vale	Capital	Oeste	Cam.Sul	Litoral	Total
1804						
Açúcar	14,39	1,25	64,69	4,29	15,38	100,00
Aguardente	8,64	60,25	5,36	4,42	21,32	100,00
Café	7,74	0,00	29,17	0,00	63,10	100,00
Outros cultivos	24,64	28,28	18,42	15,78	12,88	100,00
Pecuária	39,34	9,84	24,59	6,56	19,67	100,00
1829						
Açúcar	10,35	0,48	82,80	3,89	2,48	100,00
Aguardente	49,86	30,98	7,05	2,66	9,44	100,00
Café	90,13	5,20	0,37	0,19	4,10	100,00
Outros cultivos	27,06	25,21	18,84	15,61	13,27	100,00
Pecuária	43,44	7,58	28,78	20,20	0,00	100,00

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Vejamos, a seguir, as mesmas informações levando em conta o sexo dos proprietários. A distribuição entre proprietários e proprietárias reproduzia, em certa medida, a proporção verificada no total dos proprietários na agricultura como um todo. De modo geral, a participação masculina no número de produtores por segmento agrícola situou-se ao redor de 80% a 90%, comparecendo as mulheres com o porcentual restante (entre 10 e 20%), não havendo setor claramente identificado como masculino ou feminino. Essa distribuição mantinha-se também

52. Como somente temos dados das atividades para os anos de 1804 e 1829, o café toma vulto apenas neste último ano. Em trabalho anterior, a respeito de Areias, citado anteriormente, e no qual se contemplam os anos de 1817 e 1822, nota-se que a cafeicultura já se tornara a principal atividade nessa vila no ano de 1817, tomado como indicador a participação do número de escravos por atividade.(LUNA, 1995)

53. Nos ‘outros cultivos’, em 1829, a maior concentração de escravos ocorria no Vale do Paraíba, com mais de quatro mil e trezentos escravos, vindo a seguir a Região da Capital, com cerca de mil escravos a menos. Na proporção dos escravos relacionados a esse setor de atividade, o Vale do Paraíba era responsável por 30,6% do total das localidades consideradas; a região da Capital respondia por 23,9%.

para o porcentual de escravos possuídos por proprietários homens e mulheres, por segmento. Se tomarmos os dois mais relevantes, açúcar e café, podemos aprofundar os resultados. Em 1829, no caso do açúcar, os homens perfaziam 84,7% do total de proprietários nesse segmento; seus escravos representavam 83,2%. Para o café os porcentuais eram de 88,7% e 89,1%, respectivamente (Tabela 22).

TABELA 22 - PORCENTUAL DOS PROPRIETÁRIOS E ESCRAVOS POR SEXO E ATIVIDADE AGRÍCOLA DOS PROPRIETÁRIOS

	Açúcar	Aguardente	Café.	Outros Cult.	Pecuária
Porcentual em relação aos proprietários					
1804					
Proprietários	90,76	86,93	-	79,98	88,35
Proprietárias	9,24	13,07	-	20,02	11,65
1829					
Proprietários	84,69	83,7	88,7	81,05	84,58
Proprietárias	15,31	16,3	11,3	18,95	15,42
Porcentual em relação aos escravos					
1804					
Proprietários	88,75	82,71	-	76,16	86,61
Proprietárias	11,25	17,29	-	23,84	13,39
1829					
Proprietários	83,12	82,29	89,09	79,41	81,21
Proprietárias	16,88	17,71	10,91	20,59	18,79

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Obs: Não apresentamos os dados de Mineração, Atividades do Mar, Serviços e Jornaleiros e café (1804) por sua insignificante participação porcentual.

Havia expressiva diferença na média de escravos possuídos, se comparada a produção de açúcar e os demais cultivos, inclusive o café. Em 1804, enquanto a média dos proprietários relacionados com a produção açucareira resultava 16,5, para as demais o indicador manteve-se abaixo de dez, sendo os maiores na pecuária, com 9,7, na aguardente, com 7,9, e no café, com 7,6; nos “outros cultivos” encontrou-se 4,4. Em 1829, exceto no caso dos “outros cultivos”, cuja média mantinha-se próxima à do ano 1804, nas demais atividades evidenciou-se aumento no tamanho médio. No caso do açúcar e da aguardente resultaram valores cerca de duas vezes maiores que os anteriores: 31,4 no caso do açúcar e 12,0 para a aguardente; quanto ao café, ocorreu também aumento na média de escravos,

particularmente na região do Vale do Paraíba, onde se concentrava a atividade (11,0 de média). A pecuária mostrou leve acréscimo na média nas várias regiões (cerca de 11,0).

Para o café, a média das várias regiões é pouco expressiva, pois a atividade concentrava-se no Vale do Paraíba. Em Areias, principal centro produtor de café dentre as vinte e cinco localidades no ano de 1829, a média de escravos por proprietário situava-se em 11,5.⁵⁴

Para os produtores de açúcar, separando-se os proprietários identificados como “senhor de engenho” e agregando as demais classificações de produtores de açúcar em um conjunto, encontramos médias bastante distintas. Para os “senhores de engenho”, em 1804, resultou média de 21,7 escravos por senhor (276 casos); em 1829, entre os 355 “senhores de engenho” o número médio alcançou 33,8. Para os demais produtores de açúcar, com outras designações, as médias foram de 9,3 e 24,9, respectivamente em 1804 e 1829. (Tabela 23).

TABELA 23 - MÉDIA DE ESCRAVOS POSSUÍDOS POR ATIVIDADE AGRÍCOLA DOS PROPRIETÁRIOS

	Vale	Capital	Oeste	Cam. Sul	Litoral	Total
1804						
Açúcar	15,93	16,33	17,84	19,82	12,46	16,51
Aguardente	4,03	8,84	7,08	4,38	11,66	7,96
Cana de partido			4,60			4,60
Café	3,25		5,44		11,78	7,64
Tabaco						
Outros cultivos	4,67	4,89	3,56	3,89	4,73	4,41
Pecuária	9,54	11,10	8,71	9,69		9,66
Pesca fluvial		3,67			5,75	5,52
Extrativismo		3,50		1,00	2,00	2,40
1829						
Açúcar	30,04	14,80	32,24	23,92	31,75	31,39
Aguardente	10,72	14,91	12,00	11,80	12,29	12,03
Cana de partido			9,46	8,50		9,33
Café	10,98	6,42	6,75	14,00	8,08	10,42
Tabaco	4,71					4,71
Outros cultivos	5,25	4,41	4,16	3,84	5,48	4,64
Pecuária	14,07	15,18	10,75	7,06		10,96
Pesca fluvial					2,06	2,06
Extrativismo	2,50	1,50	2,00			2,00

Fonte: a mesma da Tabela 2.

54. Em trabalho anterior sobre a vila de Areias encontramos as seguintes médias para os cafeicultores: 5,3 em 1817; 8,8 em 1822; 11,5 em 1829 e 12,6 em 1836.(LUNA, 1995)

A mesma agregação já efetuada anteriormente, entre produtos de exportação e de mercado interno, permitirá comparar a média de escravos desses dois segmentos. Os dois grupos apresentam resultados bastante diferentes entre si, evidenciando a efetiva disparidade de porte desses dois tipos de cultivos. Nos destinados ao mercado externo, a média geral das várias regiões situou-se em 16,1 (1804) e 19,0 (1829). Para os mesmos anos os produtos de mercado interno mostraram números mais modestos: 5,1 e 5,5, respectivamente (Tabela 24).

TABELA 24 - MÉDIA DE ESCRAVOS POSSUÍDOS POR TIPO DE CULTIVO

	Vale	Capital	Oeste	Cam. Sul	Litoral	Total
1804						
Exportação	15,25	16,33	17,46	19,82	12,41	16,12
Mercado interno	5,41	5,50	3,85	4,73	5,41	5,06
1829						
Exportação	12,45	7,08	31,98	23,54	13,88	18,98
Mercado interno	6,37	5,13	5,02	4,27	6,33	5,50

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Outra forma de estudar a média de escravos possuídos é pela segregação das várias atividades agrícolas e relacionando sua média com o sexo dos proprietários. O resultado é interessante. Para as mesmas atividades, a média das proprietárias resultava sistematicamente superior à apresentada pelos proprietários. Ou seja, quando no agregado dos proprietários de escravos encontram-se números superiores para os homens, estes decorriam de diferentes composições das atividades pelos proprietários e não de média menor dentro de cada atividade específica. Ou seja, as proprietárias talvez se dedicassem a atividades de menor intensidade econômica, mas quando ingressavam em cada uma das atividades seu perfil não se mostrava inferior ao dos homens, no que diz respeito ao porte do negócio, este medido pelo número de escravos possuídos. Como já vimos anteriormente, no agregado das atividades agrícolas as médias das proprietárias suplantavam às dos proprietários tanto em 1804 como em 1829 (Tabela 25).

TABELA 25 - MÉDIA DE ESCRAVOS POSSUÍDOS, POR SEXO E ATIVIDADE DO PROPRIETÁRIO

	Açúcar	Aguardente	Café.	Outros Cult.	Pecuária
1804					
Proprietários	16,15	7,58	8,15	4,20	9,47
Proprietárias	20,09	10,54	6,89	5,25	11,10
1829					
Proprietários	30,80	11,83	10,47	4,55	10,52
Proprietárias	34,61	13,07	10,06	5,04	13,35

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Obs: Não apresentamos os dados de Mineração, Atividades do Mar, Serviços e Jornaleiros, por sua insignificante participação porcentual.

Vejamos agora a estrutura de tamanho entre os vários segmentos da agricultura. Tomemos a produção de açúcar. Em 1804 ainda era expressivo o peso de pequenos proprietários, de até dez cativos, pois estes representavam 45,4% dos senhores nessa atividade, embora seus escravos representassem somente 14,49% dos cativos relacionados com a produção açucareira; em 1829 tais números sofreram modificação profunda, porquanto o peso entre os senhores retraiu-se para 13,8% e entre os escravos não ultrapassou 2,8%. O segmento intermediário dos senhores de engenho, ou seja, os que possuíam entre onze e vinte cativos representavam, em 1804, porcentual praticamente idêntico quanto aos senhores e escravos, da ordem de vinte e cinco por cento. Em 1829 o porcentual entre senhores situava-se em 29,3% e entre os cativos representava 14,5%. Entre os senhores de engenho possuidores de mais de vinte cativos a situação modificou-se fortemente, ampliando a já vigorosa concentração dos escravos no segmento dos grandes. Em 1804, os proprietários nesse segmento compunham 29,1% dos senhores e seus escravos já representavam 62,5% dos cativos; em 1829 os porcentuais elevaram-se para 56,9% e 82,7%. Ou seja, os grandes proprietários (acima de vinte cativos) compareciam com porcentual elevado tanto entre senhores de engenho (mais da metade) como detinham 4/5 dos escravos desta atividade agrícola. Se desagregarmos esse segmento e tomarmos apenas aqueles com mais de quarenta cativos, nota-se que os mesmos, em 1829, representavam a quarta parte dos produtores de açúcar e seus cativos mais da metade do total. Os números refletem a situação do Oeste Paulista, onde ocorria concentração da atividade açucareira. Em 1829, nessa região, o peso dos senhores com mais de quarenta cativos situava-se em 27,6% e seus cativos representavam 54,6% do total de escravos relacionados com a faina açucareira.

Na produção da aguardente evidenciava-se relativa concentração, mas em menor grau comparativamente ao açúcar. Em 1804, no segmento de até dez cativos, situavam-se proprietários a perfazer 76,4% dos senhores e seus escravos representavam 41,9% da população escrava nessa atividade. Entre os senhores com onze a vinte cativos o porcentual era da ordem de trinta por cento para escravos e proprietários. Nos maiores plantéis (acima de vinte escravos) contaram-se apenas 5,5% dos proprietários, mas seus escravos participavam com o alto nível de 26,3%. Em 1829 ampliou-se a concentração, reduzindo-se o peso dos pequenos e ampliando-se o dos grandes. No segmento de até cinco cativos colocavam-se 55,4% dos senhores e 22,6% dos escravos. Por outro lado, os grandes (acima de vinte) haviam ampliado seu peso entre senhores para 15,2% e seus cativos perfaziam 43% dos cativos (contra 5,5% e 26,3%, respectivamente, em 1804), porcentuais estes que demonstram o expressivo crescimento do peso dos integrantes desse tamanho de plantel.

No cultivo do café encontrou-se distribuição mais homogênea. Em 1829, quando a cafeicultura tornara-se atividade significativa, os pequenos proprietários ainda possuíam peso expressivo tanto com referência aos proprietários como aos cativos. No segmento de um a cinco situavam-se 48,6% dos senhores e 11,7% dos cativos; entre seis e dez cativos os porcentuais encontrados foram, 23,3% e 17,8%, respectivamente. No segmento seguinte, entre onze e vinte, os senhores representavam 15,9% e seus escravos 22,0%. Quanto aos grandes (acima de vinte), o peso entre os cafeicultores era de 12,2% e detinham 48,1% dos escravos, processo que caminhava para uma inegável supremacia dos médios e grandes produtores, ocorrido na segunda metade do século passado.⁵⁵ Em 1829, os cafeicultores de médio e grande porte controlavam quase a metade dos escravos alocados na produção de café; entretanto, ainda permanecia parte expressiva da atividade nas mãos de pequenos proprietários e mesmo de não proprietários de escravos.⁵⁶

Na pecuária, tanto em 1804 como em 1829 cerca de 65% dos proprietários situavam-se no segmento de até dez cativos, com o controle de cerca de 30% dos mesmos; no extremo oposto - acima de vinte escravos -, o porcentual de proprietários alcançava cerca de dez por cento, possuindo uma proporção expressiva dos escravos: cerca de 38% nos dois anos considerados (Tabela 26).

TABELA 26 – DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS PROPRIETÁRIOS DE CATIVOS SEGUNDO ATIVIDADES AGRÍCOLAS E FAIXA DE NÚMERO DE ESCRAVOS

	Faixa de números de escravos					Total
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 40	41 e mais	
1804						
Açúcar	24,08	21,13	25,52	20,71	8,37	100,00
Aguardente	49,75	26,63	18,09	3,52	2,01	100,00
Café	54,55	22,73	18,18	4,55		100,00
Pecuária	45,24	24,21	18,65	10,71	1,19	100,00
Outros	75,11	16,13	7,32	1,08	0,36	100,00
1829						
Açúcar	5,26	8,50	29,35	30,97	25,91	100,00
Aguardente	30,98	24,46	29,35	11,96	3,26	100,00
Café	48,64	23,32	15,88	7,73	4,43	100,00
Pecuária	38,92	25,62	25,62	5,91	3,94	100,00
Outros	72,27	17,55	7,85	2,05	0,28	100,00

Fonte: a mesma da Tabela 2.

55. Quando se considera apenas Areais, onde efetivamente ocorria a atividade cafeeira, e da qual temos informações para 1817, 1822, 1829 e 1836, esse processo de concentração na mão dos médios e grandes pode ser facilmente identificado. A porcentagem dos escravos detidos pelos cafeicultores com mais de vinte escravos, que era de 8,5% em 1817, elevou-se para 43,3% em 1822, e manteve-se acima dos 50% em 1829 e 1836.(LUNA, 1995)

56. Em Areias, uma parcela expressiva dos fogos dedicados à cafeicultura representava fogos sem escravos. Esse porcentual, que era de 48% em 1817, reduziu-se para 38% nos anos de 1822 e 1829, chegando a 34% em 1836. Na agricultura de subsistência esse porcentual situava-se ao redor de 80%. Na produção de açúcar e aguardente praticamente não havia fogos sem escravos.(LUNA, 1995)

O segmento dos “outros cultivos” revela-se o de maior participação de pequenos proprietários, pois tanto em 1804 como em 1829 cerca de 75% dos mesmos possuíam cinco ou menos escravos, e tal conjunto de cativos representava cerca de quarenta por cento dos cativos; se englobarmos o conjunto formado pelas pessoas com plantéis de 1 a 10 cativos, os porcentuais acima se elevavam para cerca de 90% e os escravos situavam-se ao redor de 66% do total. Os proprietários de grande porte nesse segmento produtivo eram poucos, e mesmo seus escravos não representavam parcela expressiva dos escravos na atividade; tomados os proprietários com mais de vinte cativos, seu peso entre os proprietários não alcançava 3% e seus cativos entre 11% e 14%. Essa atividade de “outros cultivos” representava a base fundamental da agricultura na Capitania. Nela se concentrava uma parcela expressiva dos proprietários de escravos, a maioria de pequeno porte; a grande quantidade de produtores nesse segmento, embora com poucos escravos individualmente, fazia com que uma parcela significativa da própria população escrava, metade em 1804 e a terça parte em 1829, se concentrasse nessa atividade. Representava também o segmento de produção com maior peso dos não-proprietários. Em Areias, por exemplo, no período 1817 a 1836, cerca de 80% dos produtores dedicados aos “outros cultivos” não possuíam escravos. Na sua produção concentrava-se parcela majoritária da população da Capitania; em algumas áreas, como o Caminho do Sul, o Litoral e a região da Capital, menos relacionadas aos cultivos para exportação, estariam dedicados a esses cultivos também parte significativa dos escravos ali existentes (Tabela 27).

TABELA 27 - DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS ESCRAVOS SEGUNDO ATIVIDADES AGRÍCOLAS E FAIXA DE NÚMERO DE ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO

	Faixa de números de escravos					Total
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 40	41 e mais	
1804						
Açúcar	4,60	9,89	23,03	34,18	28,29	100,00
Aguardente	16,53	25,36	31,80	13,50	12,81	100,00
Café	22,02	27,38	33,93	16,67		100,00
Pecuária	12,47	19,47	29,48	31,12	7,45	100,00
Outros	39,21	26,65	22,92	6,38	4,85	100,00
1829						
Açúcar	0,59	2,21	14,49	28,69	54,02	100,00
Aguardente	7,27	15,31	34,42	27,55	15,45	100,00
Café	11,72	17,84	22,01	20,16	28,26	100,00
Pecuária	10,48	18,19	35,08	14,92	21,33	100,00
Outros	34,91	27,00	23,04	11,60	3,46	100,00

Fonte: a mesma da Tabela 2.

A análise das atividades econômicas desenvolvidas na Capitania de São Paulo, antes da introdução do café, demonstra a existência de uma economia em expansão, com algumas características interessantes em termos de cultivos:

1. No Oeste Paulista processava-se uma atividade açucareira significativa, a envolver inúmeras vilas, que apresentavam inegável potencial econômico, facilmente identificado pelo porte de seus proprietários e expansão da população, tanto livre como escrava. A região, que no último quartel do século passado se tornaria também importante área cafeeira, tornava-se, nos primeiros trinta anos do século passado, a área de maior concentração de escravos, fruto tanto da elevada média de escravos por proprietários como pela alta proporção de fogos com escravos. A pequena agricultura dava lugar a unidades maiores, nas quais a força de trabalho escrava representava papel fundamental.
2. No Vale do Paraíba, junto a uma atividade açucareira também importante, surgia com grande força o cultivo de café, com maior força em Areias, mas já demonstrando a forma como em poucos anos se consolidaria também nas demais localidades da região. Talvez as características assumidas em Areias, onde a expansão foi rápida e simultânea em fogos com escravos e fogos sem escravos, liquidando a importância relativa de praticamente todas as demais atividades agrícolas alternativas, tenham se repetido nos anos seguintes nas demais vilas da região, onde o café encontrou seu primeiro grande centro produtor no Brasil.
3. Apesar da importância do açúcar em algumas regiões, como o Oeste Paulista e o Vale do Paraíba, no ano de 1829 ainda permaneciam largas parcelas da Capitania, inclusive naquela duas regiões dedicadas à produção de outros gêneros como aguardente, pecuária e os produtos aqui qualificados como “outros cultivos”, e que englobavam principalmente arroz, feijão, milho e mandioca. Parcela expressiva da população, livre e escrava, continuava dedicada a esses produtos, que representariam não só fonte de alimentos para essas populações, como também a principal alternativa de renda.

4.2. Açúcar: Comparação com Resultados Obtidos em Outras Regiões do Brasil

Podemos comparar alguns resultados obtidos na Capitania de São Paulo com os apresentados por Schwartz e Costa em dois trabalhos a respeito da atividade açucareira. O primeiro serviu-se de dados do Recôncavo Baiano, em 1816-17; o

segundo concentrou-se nos engenhos fluminenses. Em nosso caso consideramos três conjuntos de dados em 1829: as vinte e cinco localidade de forma agregada, o Oeste Paulista como um todo e a vila de Campinas, isoladamente.

Os resultados das três áreas do País - São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro - apresentam significativas diferenças. Os engenhos baianos são maiores, com média superior a sessenta, e mais homogêneos entre si; o número de escravos possuídos situava-se acima dos quarenta e quase a terça parte dos escravos situava-se em engenhos com mais de cem escravos. Mais homogêneos entre si, o valores do índice de Gini resultavam baixos, entre 0,2 e 0,3.

No Rio de Janeiro os engenhos comparavam-se aos paulistas em tamanho médio (35,9), mas mostravam indicadores de concentração maior; ou seja, havia uma significativa dispersão de tamanhos, e os grandes (acima de cem escravos) respondiam, como na Bahia, por cerca da terça parte dos escravos. Assim, o índice de Gini resultou o maior das três áreas comparadas (0,52).

Em São Paulo, tanto o agregado das vinte e cinco localidades como a região do Oeste Paulista e a Vila de Campinas não diferiam significativamente entre si, embora em Campinas ocorresse um tamanho médio maior, da ordem de 41,4, contra 31,6 no conjunto das localidades. Os resultados do índice de Gini revelavam-se próximos entre si, entre 0,37 e 0,40. A curva de dispersão pelos vários tamanhos de plantel mostrava-se bastante regular, sendo o peso dos engenhos com mais de cem cativos em São Paulo menor do que nas duas outras regiões do Brasil. No conjunto das localidades o porcentual de escravos desse segmento não alcançava 10%; mesmo em Campinas, onde era maior o peso dos grandes, esse porcentual situava-se em 17%, ou seja, cerca da metade do valor encontrado na Bahia e no Rio de Janeiro.

O cotejo entre as três áreas mostra a existência de um relativo padrão nesse segmento econômico, independente da região do País. Por outro lado, revela que a atividade açucareira paulista, embora menor em tamanho, comparativamente às outras duas, apresentava porte e dimensões consideráveis no ano aqui apresentado. Talvez os próprios estudos da sociedade paulista devam enfocar mais essa atividade, que sempre concentrou a atenção dos estudos dedicados à sociedade nordestina (Tabela 28).

**TABELA 28 - POSSE DE ESCRAVOS ENTRE SENHORES DE ENGENHO
EM VÁRIAS CAPITANIAS**

	Capitania S. Paulo(1) 1829	Oeste Paulista 1829	Vila de Campinas 1829	Vila de São Francisco 1816-7	Vila Santo Amaro 1816-7	Rio de Janeiro 1775
Proprietários	486	391	85	80	85	323
Escravos	15369	12705	3521	5560	5253	11623
Média escravos	31,62	32,49	41,42	69,50	61,80	35,98
Moda	18	20				30
Mediana	21	24	31			
Gini	0,404	0,374	0,385	0,21	0,3	0,522
<hr/>						
Faixas tamanho		% nos escravos				
1 a 10 escravos	2,6	2,1	1,8		0,2	3,2
11 a 20 escravos	14,5	14,3	8,7		0,9	10,9
21 a 40 escravos	28,6	28,7	19,7	7,4	14,2	30,7
41 a 60 escravos	22,9	23,7	18,1	15,5	13,1	11,9
61 a 100 escravos	21,5	24,0	34,7	49,6	42,5	10,2
101 e mais	9,8	7,3	16,9	27,5	29,1	33,1

Fonte: Listas nominativas dos habitantes, SCHWARTZ (1995, p. 364) e COSTA (1988).

(1) Agregado das vinte e cinco localidades.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS

Em prosseguimento, vejamos a estrutura da posse de escravos nas vinte e cinco localidades.⁵⁷ Embora as várias regiões tenham apresentado comportamento relativamente diferenciado quanto à dinâmica na posse de escravos, pode-se caracterizar, entre 1777 e 1804, tendência de estabilidade no número médio de escravos possuídos, bem como nos níveis de concentração. Quanto ao período seguinte, entre 1804 e 1829, deu-se em algumas regiões profundas mudanças nos indicadores.

Em 1777, a média situava-se na faixa entre 4,7 e 5,7 em todas as regiões. Ademais, poucas localidades específicas diferenciavam-se significativamente desses parâmetros. Em Jacareí e Mogi Mirim identificaram-se valores abaixo de três. Nas demais, a média ultrapassava quatro. O extremo oposto em termos de média de escravos dava-se em Pindamonhangaba, Porto Feliz e Cotia. Nas duas primeiras o

57. No Anexo 2 são apresentadas algumas considerações a respeito da estrutura da posse de escravos.

indicador resultou próximo de sete e no caso de Cotia alcançou 8,4.⁵⁸ O índice de Gini⁵⁹ mostrou também homogeneidade, regionalmente e por localidade. No agregado o índice foi de 0,49,⁶⁰ e entre as várias regiões situou-se na faixa entre 0,51 (Caminho do Sul e Região da Capital) e 0,57 (Oeste Paulista). São valores baixos, significando uma reduzida concentração na posse de cativos (Tabela 29).

TABELA 29 - INDICADORES ESTATÍSTICOS DA POSSE DE ESCRAVOS, SEGUNDO REGIÕES

Regiões/Ano	Média	Moda	Mediana	Indicadores	
				índice de Gini	Maior proprietário.
1777					
Vale Paraíba	5,68	1	3	0,517	64
Capital	5,36	1	3	0,489	100
Oeste Paulista	5,09	1	3	0,421	124
Caminho do Sul	4,73	1	3	0,499	80
Litoral	5,11	1	3	0,513	119
Total	5,24	1	3	0,489	124
1804					
Vale Paraíba	5,69	1	3	0,546	78
Capital	5,15	1	3	0,519	87
Oeste Paulista	7,19	1	3	0,588	100
Caminho do Sul	4,99	1	3	0,536	67
Litoral	6,10	1	3	0,544	84
Total	5,81	1	3	0,553	100
1829					
Vale Paraíba	7,54	1	4	0,604	164
Capital	5,03	1	3	0,527	125
Oeste Paulista	11,27	1	4	0,645	138
Caminho do Sul	4,64	1	3	0,519	99
Litoral	6,20	1	3	0,574	101
Total	7,25	1	3	0,610	164

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Em 1804 a situação sofreu pouca alteração. Deu-se pequena elevação na média do agregado dos proprietários, de 5,2 para 5,8. Na maioria das regiões e mesmo em nível de localidades não ocorreram mudanças expressivas, situando-se, em todas as regiões, na faixa de 5,0 (Caminho do Sul) e 6,1 (Litoral). Apenas no Oeste Paulista já se evidenciavam sinais de crescimento na média de escravos possuídos (valor de

58. Em Cotia, no ano de 1777, como havia apenas 88 proprietários a média está fortemente influenciada por dois proprietários, um com 75 escravos e outro com 100. Nos anos de 1804 e 1829 a média reduziu-se para níveis similares à das demais localidades dessa região. Em 1829 a média era 4,2 e o maior proprietário limitava-se a 30 escravos.

59. Para uma explicação sobre o significado do índice de Gini, veja-se LUNA (1981, p. 121, nota 4).

60. Ao aumentar o tamanho da população o resultado do índice de Gini para o agregado das vinte e cinco localidades tende a ser menor relativamente a cada uma das regiões separadamente.

7,2 em 1804). Do ponto de vista das localidades com média elevada, destacava-se Itu, com 9,3. As demais não ultrapassavam 7,6 (verificada em Porto Feliz). O índice de Gini apresentava tendência similar, com leve elevação no nível de concentração, mantendo-se todas as regiões entre 0,52 (região da Capital) e 0,59 (Oeste Paulista). Localmente, os resultados mais elevados ocorreram em Itu e São Luís do Paraitinga, com 0,60.

A situação verificada em 1777 e 1804 alterou-se profundamente no ano de 1829. A média de escravos possuídos elevou-se significativamente em várias localidades, ampliando-se a diferença entre elas, bem como entre as várias regiões. No conjunto das vilas aqui consideradas, a média passou de 5,8, em 1804, para 7,2, em 1829. Regionalmente, identificaram-se médias excepcionalmente elevadas, como no Oeste Paulista (11,3), em face dos números de Campinas (14,2), Porto Feliz (14,2) e Itu (11,0). No Vale do Paraíba também verificou-se um valor relativamente significativo (7,6), neste caso influenciado por Areias (9,3), Cunha (8,2), Pindamonhangaba (7,7) e São Luís do Paraitinga (7,6). Nas demais regiões os resultados encontrados situavam-se nos patamares anteriores. Quanto ao índice de Gini, ocorreu, no agregado das localidades, forte aumento, passando de 0,55 (1804) para 0,61 (1829), resultado provocado particularmente pelas altos índices encontrados no Oeste Paulista (0,64) e Vale do Paraíba (0,59). Nas demais regiões mantiveram-se os índices de concentração. Individualmente, merecem realce as vilas de Campinas (0,67), Mogi Mirim (0,64) e Jundiaí (0,64), todas localizadas no Oeste Paulista.

Se calcularmos o índice de Gini para medir a posse de escravos, mas levando em conta também aqueles sem escravos, verifica-se uma expressiva elevação nesse indicador que mede concentração.⁶¹ No ano de 1829, quando ocorria uma proporção de fogos com escravos a variar entre 20 e 30%, o impacto de um conjunto de 70% de fogos sem escravos elevava o resultado do índice de valores entre 0,52 (região da Capital e Litoral) e 0,645 (Oeste Paulista) para números da ordem de 0,87 (Litoral) e 0,92 (Caminho do Sul). E os maiores índices ocorreram onde era menor a participação de fogos com escravos, em duas áreas completamente distintas do ponto de vista da estrutura de produção: o Caminho do Sul, que apresenta o menor Gini calculado sobre os proprietários (mas com reduzida proporção de fogos com escravos) e o Oeste Paulista, onde se concentrava uma intensa atividade açucareira, com o maior índice de concentração entre proprietários, e com proporção de fogos com escravos menor do que no Vale do Paraíba e Litoral (Tabela 30).

61. O índice de Gini, que também leva em conta os fogos sem escravos, será tanto maior quanto mais concentrada for a distribuição dos escravos entre os respectivos proprietários e quanto maior a proporção de fogos sem escravos. Incorpora-se a uma determinada estrutura de posse de escravos mais indivíduos com “riqueza”, medida por escravos, igual a zero.

**TABELA 30 - ÍNDICE DE GINI ENTRE PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS
E ENTRE FOGOS, COM E SEM ESCRAVOS**

	%fogos com escravos			Gini entre proprietários			Gini entre fogos		
	1777	1804	1829	1777	1804	1829	1777	1804	1829
Vale Paraíba	24,6	26,2	28,6	0,517	0,546	0,604	0,881	0,881	0,887
Região Capital	19,6	21,7	19,6	0,489	0,519	0,527	0,900	0,896	0,907
Oeste Paulista	26,6	26,8	25,5	0,421	0,588	0,645	0,846	0,889	0,910
Caminho Sul	22,9	18,2	17,3	0,499	0,536	0,519	0,885	0,916	0,917
Litoral	37,2	37,6	30,8	0,513	0,544	0,574	0,819	0,828	0,869
Total	24,1	24,6	23,6	0,489	0,553	0,610	0,877	0,890	0,908

Fonte: a mesma da tabela 2.

Calcularam-se outros indicadores estatísticos, como a moda e a mediana, para cada uma das localidades e para as regiões. Os resultados são muito homogêneos em todas as áreas e anos. A moda de escravos por proprietário resultou um praticamente todos os casos (houve apenas duas exceções com valor dois). A mediana da mesma variável resultou três na quase totalidade dos anos e regiões, encontrando-se em poucos casos medianas dois e quatro. Em todas as regiões surgiram grandes proprietários, alguns com mais de uma centena de escravos. Mas estes eram raros; no total dos proprietários analisados (mais de dezesseis mil) surgiram 36 senhores que possuíam entre oitenta e cem escravos (sendo 32 em 1829) e 22 senhores com cem ou mais cativos (dos quais 18 casos em 1829).

No período 1777 a 1804 deu-se significativo processo de crescimento na população livre e escrava em São Paulo, mas manteve-se relativamente estável a estrutura de posse existente; entre 1804 e 1829, paralelamente ao fortalecimento populacional e econômico de São Paulo, ocorreu profunda transformação no tamanho das unidades produtivas em várias localidades e aumentou a diferença entre as várias regiões da Capitania, algumas delas, como o Litoral, o Caminho do Sul e a região da Capital, orientadas particularmente para cultivos de subsistência, para autoconsumo e para a venda de excedentes, enquanto no Vale do Paraíba e o Oeste Paulista fortalecia-se a produção de exportáveis: açúcar e café.

Para complementar esta análise, vejamos como se dividiam os escravos entre pequenos e grandes proprietários, o que ajudará a esclarecer os resultados acima obtidos.

Nota-se aumento no peso relativo dos médios e grandes proprietários ao longo do período analisado, particularmente no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista. Em 1777, os pequenos, com até cinco escravos, compunham cerca de 70% dos proprietários e seus cativos representavam aproximadamente 30% do total; os senhores com apenas um escravo mostravam-se os majoritários, com 27%, mas com apenas cerca de 5% dos cativos. Os estratos médios quanto à posse, entre seis e vinte escravos, compareciam com mais de 25% dos senhores e seus cativos

perfaziam cerca da metade dos escravos, representando um grupo de especial importância em todas as localidades. Os grandes, com mais de vinte cativos, poucos em termos numéricos, controlavam cerca da quinta parte dos escravos de São Paulo. Nesse ano somente nove pessoas possuíam mais de cinqüenta cativos, dos quais, como vimos, apenas três suplantavam a centena.⁶²

Em 1804 o quadro acima apresentou pequena alteração. Os pequenos, com até cinco cativos, mantiveram a mesma proporção entre os proprietários (cerca de 70%), com pequena queda na participação dos escravos possuídos, passando de 31% (1777) para 28%; os médios, entre seis e vinte, tiveram uma pequena retração quanto aos escravos possuídos, respondendo por cerca de 45%; os grandes, acima de vinte escravos, ainda com pequeno porcentual entre os senhores (4,6%), ampliaram sua participação no total de escravos para cerca de 27%. No Oeste Paulista esse porcentual já alcançava 40%, enquanto no Caminho do Sul situava-se ao redor dos vinte por cento. Nesse ano, os proprietários com apenas um escravo representavam cerca de 26% dos proprietários, com pouco menos de 5% da população escrava das vinte e cinco localidades. Com mais de setenta escravos encontramos trinta e nove senhores, dos quais o maior possuía cem cativos, morava em Itu e era senhor de engenho.

No ano de 1829 o quadro sofreu profunda alteração, refletida nos indicadores estatísticos já analisados. Ampliou-se o peso relativo dos médios e grandes e aprofundaram-se as diferenças entre as várias regiões e localidades. No agregado das localidades, os proprietários com até cinco cativos representavam ainda 66% do total, e seus escravos constituíam apenas 21% do total, contra 28% no ano de 1804 e 31% em 1777 (os proprietários unitários perfaziam a quarta parte do total, com pouco mais de 3% dos cativos). Os médios (seis a vinte), com 26% dos senhores, detinham cerca de 38% dos escravos; os grandes, acima de vinte cativos, representativos de 7% dos senhores, controlavam cerca de 40% dos cativos.

Os resultados acima diferiam muito entre regiões. No Oeste Paulista, área de maior participação dos grandes senhores (plantéis acima de vinte), seu peso entre os escravos ultrapassava a marca dos 60%. Merece realce Campinas, onde cerca de 70% dos cativos pertenciam a indivíduos possuidores de mais de vinte escravos. Nessa vila, mais da metade dos cativos situavam-se em plantéis superiores a quarenta, sendo que apenas 8,5% pertenciam aos que não ultrapassavam cinco escravos; estes proprietários representavam metade dos existentes na localidade.

62. O maior proprietário encontrado nesse ano possuía 124 cativos. Não se tratava de pessoa física, e sim o Hospício de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na vila de Itu.

Estes números explicam a excepcional média de escravos (11,2) por proprietário, verificada na região. No Vale do Paraíba também ocorreu significativa participação dos médios e grandes senhores, mas em escala menor do que a verificada no Oeste Paulista, pois os senhores com mais de vinte cativos detinham 38%, e os pequenos proprietários, com até cinco cativos, que representavam 61% dos senhores, controlavam 18,7% dos cativos da região (Tabela 31).

TABELA 31 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PROPRIETÁRIOS DE CATIVOS NO TOTAL DE PROPRIETÁRIOS, SEGUNDO O NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS E REGIÕES

Regiões/ Ano	Número de escravos possuídos				
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 40	mais de 40
1777					
Vale Paraíba	66,8	19,0	10,0	3,9	0,3
Capital	67,8	20,3	9,1	2,3	0,6
Oeste Paulista	75,0	13,9	7,7	2,9	0,4
Caminho do Sul	73,7	17,0	6,9	2,0	0,4
Litoral	71,8	16,0	9,7	1,8	0,6
Total	70,3	17,8	8,8	2,6	0,5
1804					
Vale Paraíba	70,3	16,3	9,1	3,4	0,9
Capital	70,5	17,8	9,2	1,9	0,7
Oeste Paulista	65,9	14,1	11,3	6,4	2,3
Caminho do Sul	73,6	15,9	7,4	2,5	0,5
Litoral	68,4	16,8	10,2	3,1	1,5
Total	69,6	16,3	9,5	3,4	1,2
1829					
Vale Paraíba	61,4	19,1	12,3	4,9	2,3
Capital	72,5	16,7	7,8	2,4	0,6
Oeste Paulista	57,1	14,6	12,6	8,7	6,9
Caminho do Sul	75,7	15,7	6,4	1,6	0,6
Litoral	66,9	17,6	11,1	3,0	1,4
Total	65,6	16,9	10,4	4,5	2,6

Fonte: a mesma da Tabela 2.

O extremo oposto em termos de peso dos grandes senhores ocorria no Caminho do Sul. Nesta região, 91% dos senhores situavam-se no segmento de até dez cativos e seus escravos participavam com 63% dos escravos. Apenas 17% dos cativos pertenciam a proprietários com mais de vinte escravos. Na região da Capital encontramos resultados similares aos verificados no Caminho do Sul.

Nesse ano de 1829 anotaram-se, no total das localidades, dezoito senhores com cem ou mais escravos; os maiores em Guaratinguetá (164 escravos) e em Areias (154). Embora no Oeste Paulista ocorresse a maior participação dos grandes senhores, nesta região o maior plantel encontrado foi de 138 cativos, em Campinas (Tabela 32).

TABELA 32 - DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS CATIVOS SEGUNDO O NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS POR PROPRIETÁRIO E REGIÕES

Regiões/ Ano	Número de escravos possuídos				
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 40	mais de 40
1777					
Vale Paraíba	27,3	26,0	25,7	18,2	2,8
Capital	29,8	28,6	23,7	11,4	6,5
Oeste Paulista	33,5	21,8	21,4	16,5	6,8
Caminho do Sul	35,8	27,1	21,1	11,3	4,7
Litoral	31,7	22,5	27,7	9,2	8,8
Total	31,0	25,8	24,0	13,3	5,8
1804					
Vale Paraíba	28,7	21,7	23,7	16,7	9,3
Capital	32,2	25,6	24,9	10,7	6,5
Oeste Paulista	21,8	15,0	22,6	24,0	16,6
Caminho do Sul	33,9	23,9	22,1	14,4	5,7
Litoral	26,0	21,1	23,8	13,8	15,2
Total	28,0	21,1	23,5	16,3	11,0
1829					
Vale Paraíba	18,7	19,4	23,5	17,7	20,7
Capital	33,6	24,5	21,7	12,3	7,9
Oeste Paulista	11,7	9,7	16,9	22,6	39,0
Caminho do Sul	37,7	25,1	20,0	9,1	8,0
Litoral	24,8	21,7	25,7	14,1	13,7
Total	20,9	17,6	20,9	17,4	23,2

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Ainda quanto à distribuição de riqueza, um ajustamento que poderia ser feito, e que incorporaria uma informação qualitativa à população escrava, seria introduzir a variável preço do escravo. Distintos conjuntos de escravos podiam apresentar valores bastante díspares, dependendo de sua composição. Como exemplo, introduziu-se a variável preço dos escravos, no ano de 1829.⁶³ Os resultados obtidos para vários tipos de cortes não mostram diferenças significativas,⁶⁴ exceto no caso do preço médio.

63. Utilizaram-se os preços apresentados por Lisanti. São preços médios em réis, para o ano de 1715. O importante não era o nível absoluto, mas a proporção de preços entre os vários segmentos da população escrava, divididos por sexo e por grandes faixas etárias (0 a 14; 15 a 19, 20 a 35 e mais de 35). (LISANTI, 1973, v. I, p. DX (510))

64. Vale enfatizar que estamos a trabalhar com preços que não correspondem à nossa população. São dados do século anterior, mas que têm a vantagem de serem apresentados na forma requerida pelos nossos dados. Essa é a razão de seu uso; a melhor compreensão do impacto exige a introdução de preços compatíveis com o período e área geográfica abrangidos por este trabalho (1777 a 1836).

Entre os vários setores de atividade, a média de preço dos escravos era praticamente idêntica. Dentro dos segmentos da agricultura, a diferença era relativamente marcante entre os dois extremos, “outros cultivos”,⁶⁵ com valor médio de 95,9 mil-réis, e a cafeicultura, que apresentava o maior preço médio, com 104,5 mil-réis, suplantando inclusive a atividade açucareira. Por faixa de tamanho, os vários resultados mostravam-se praticamente idênticos; quanto ao sexo, talvez pelas proprietárias possuírem relativamente mais escravos do sexo feminino do que os proprietários, e por serem as cativas relativamente mais baratas, o plantel das proprietárias resultava com preço médio estimado menor do que o possuído pelos homens (Tabela 33).

TABELA 33 - DIVERSAS PARTICIPAÇÕES DOS ESCRAVOS, EM NÚMERO E VALOR, A PARTIR DE UMA ESTRUTURA DE PREÇOS DE ESCRAVOS DE 1715

	% no número de escravos	% no valor dos escravos	Valor médio dos escravos (1)
Setores			
-agricultura	85,76	85,70	99,34
-artesanato	2,90	2,89	99,19
-transportes	9,03	9,05	99,69
-comércio	2,31	2,36	101,41
Agricultura			
-produção de açúcar	36,22	36,63	100,55
-produção aguardente	5,34	5,25	97,74
-cafeicultura	18,39	19,33	104,48
-pecuária	5,17	5,13	98,55
-outros cultivos	34,89	33,66	95,92
Faixa de tamanho			
- 1 escravo	3,42	3,42	99,16
- 2 a 5 escravos	17,63	17,45	98,30
- 6 a 10 escravos	17,79	17,68	98,70
- 11 a 20 escravos	20,95	20,94	99,23
- 21 a 40 escravos	17,41	17,49	99,79
- 41 e mais escravos	22,80	23,02	100,27
Sexo do proprietário			
-homens	82,3	82,9	100,10
-mulheres	17,7	17,1	96,17

Fonte: a mesma da Tabela 2.

(1) Valor em mil-réis.

Da análise efetuada quanto à posse de escravos algumas considerações gerais podem ser feitas.

65. Tipicamente cultivos de produtos de subsistência (milho, arroz, feijão, mandioca etc.).

Comparativamente, a riqueza em escravos apresenta características distintas da riqueza representada pela terra. Em economias escravistas modernas, introduzidas a partir da colonização da América, o escravo significa uma das principais formas de riqueza e talvez uma das mais líquidas. Mas é uma riqueza “perecível” e com custo de manutenção. Não pode ser comparada à riqueza representada pela terra. Esta, na sociedade colonial brasileira, além de seu efetivo valor como meio de produção, representava reserva de valor e poder. A forma como a terra era distribuída, pelo sistema de sesmarias, dava aos detentores desse privilégio uma dimensão de terra de difícil ocupação plena, dada a tecnologia então utilizada. Talvez na pecuária pudesse ser explorada parcela significativa de uma sesmaria. Talvez na economia açucareira, com o expressivo investimento no engenho, fizesse sentido possuir terra suficiente para uma exploração que se mantivesse no tempo, e da qual se pudesse extrair a madeira necessária ao engenho. Nas demais atividades existia uma incompatibilidade entre a capacidade de ocupação de uma sesmaria e a força de trabalho disponível, em face da tecnologia existente.

A nosso ver, a somatória dos escravos, dos agregados, dos eventuais assalariados e a própria força de trabalho familiar permitia dimensionar a verdadeira capacidade de trabalho em cada fogo. Não o tamanho da terra. O Brasil, exceto nas áreas açucareiras, era um país de grande propriedade e pequena exploração econômica. Isso fica evidente quando se estuda a posse de escravos.⁶⁶ Entre os escravos haveria um padrão nacional, nas áreas de economia de subsistência, com cerca de 20% dos fogos com escravos; grande número de pequenos proprietários, com moda um, e média três a quatro. Em áreas específicas, nas quais se desenvolvia uma atividade voltada para exportação (açúcar no nordeste, açúcar em São Paulo, café, mineração etc.), a estrutura ganhava feições próprias, refletindo o tipo de estrutura de produção existente.⁶⁷

Assim, além da utilização da estrutura da posse de escravos como indicador do tamanho da unidade produtiva, deveriam ser incorporadas, se possível, informações sobre os agregados e os membros da família do chefe do fogo. Sem dúvida, em

66. Não há estudos suficientes que permitam comparar o padrão de concentração da terra no Brasil, na época em questão, com aqueles obtidos para a propriedade de cativos. Como hipótese a ser investigada sugerimos que talvez houvesse um padrão de distribuição de terra mais homogêneo do que entre os escravos. Entenda-se por homogêneo um padrão mais regular e sem muitas características locais fruto das atividades econômicas desenvolvidas. A distribuição da terra, pelo regime de sesmarias, dependia de decisões político-administrativas. A distribuição na posse de escravos dependia essencialmente das atividades econômicas levadas a efeito em cada localidade em particular. Note-se que dizer que havia um padrão mais homogêneo não significa uma distribuição mais equitativa. Provavelmente ocorria o contrário.

67. Costa havia tratado do tema a respeito de Minas Gerais, no trabalho sobre estruturas populacionais típicas. (COSTA, 1982)

fogos sem escravos, ou com um pequeno número de escravos, a força de trabalho provavelmente era complementada pela família do chefe de fogo. Essa complementaridade entre força de trabalho escrava e livre deveria explicar a forte inserção de fogos sem escravos e com pequeno número de escravos no início da produção de café em Areias, por exemplo.⁶⁸ E explicam também a sobrevivência e crescimento de vilas em São Paulo, dedicando-se a variados cultivos de alimentos e pecuária, com uma proporção de fogos com escravos da ordem de 20% e uma participação dos escravos na população também desta ordem.

Ainda sobre a força de trabalho, talvez coubesse ajustar os dados sobre posse de escravos e força de trabalho em geral pelo sexo e idade da população. Populações escravas compostas, em maior proporção, por africanos talvez apresentassem um perfil produtivo mais intenso do que outras nas quais a população nascida no País fosse maior. Nestas, se identificará uma estrutura e uma divisão por sexo mais equilibrada. Naquelas, havia uma composição mais diretamente relacionada com seu potencial como força de trabalho. Eram principalmente homens adultos, em detrimento de mulheres e crianças.(LUNA, 1992; MOTTA, 1990)

Independentemente das qualificações acima referidas, a partir de inúmeros trabalhos já publicados sobre o tema podem ser extraídas algumas conclusões importantes a respeito dessa estrutura no Brasil, pelo menos em parte do século XVIII e XIX, período de maior quantidade de pesquisas:

1. A escravidão permeava toda a sociedade brasileira, tanto em áreas rurais como urbanas, quer em cultivos tipicamente de subsistência, quer, principalmente, naqueles destinados à exportação, tanto a mineração de ouro, como a produção de açúcar ou café.
2. Cerca de 20% a 25% dos fogos possuíam escravos. E o padrão básico era significativa parcela de pequenos proprietários, sendo em grande número os plantéis unitários. Normalmente a moda na posse de escravos entre os proprietários era um. Estes plantéis unitários e mesmo aqueles com dois ou três escravos talvez se aproximasse muito dos não-proprietários; ao menos em termos econômicos, talvez não de posição social. Possuir escravos representava um importante símbolo de *status* social. Eram raros os grandes proprietários. Isso foi visto em nossos trabalhos sobre Minas Gerais, publicados no início da década de oitenta. Naquela oportunidade os

18. Em 48% dos fogos com produção de café em Areias, em 1817, não havia escravos (38% em 1829).(LUNA, 1994)

resultados nos surpreenderam; depois se reproduziram em outros trabalhos sobre Minas Gerais e outras áreas do território. Mesmo no Nordeste açucareiro, exceto nas áreas diretamente envolvidas com a própria produção de açúcar, o autor que profundamente estudou essa região chamou a atenção para o reduzido tamanho do plantel médio.⁶⁹ Entre milhares de proprietários estudados por nós em Minas Gerais e São Paulo, até 1836, poucas dezenas de senhores possuíam mais de cem escravos. Nenhum mais de duzentos. Plantéis centenários serão normais na cafeicultura da segunda metade do século XIX.

3. A proporção dos escravos na população geralmente situava-se na faixa de 30 a 40%, raramente ultrapassando este porcentual, exceto em localidades muito específicas.
4. De modo geral, a média situava-se entre três a cinco em áreas de cultivos de subsistência. Nas áreas de produção para exportação dependia da concentração das unidades, sendo inegavelmente maiores nas áreas tipicamente açucareiras.
5. Os proprietários de escravos eram tipicamente homens. As mulheres, em proporção menor (cerca de 20%), compareciam normalmente na condição de viúvas. Mas quanto à estrutura de posse, não se pode dizer que representem um segmento distinto dos homens em termos da média de escravos possuídos.
6. Havia clara relação entre a idade e o tamanho dos plantéis. Possuir escravos era um processo ao longo do ciclo de vida de uma pessoa ou família.

CONCLUSÕES

Neste trabalho procurou-se estudar a Capitania de São Paulo, considerando-se vinte e cinco diferentes localidades em três diferentes anos - 1777, 1804 e 1829. O estudo contemplou a dinâmica da população e vários aspectos dos proprietários de escravos, tais como características demográficas, atividades e posse de escravos. De modo geral, resumimos a seguir as principais evidências encontradas:

69. “Sem dúvida os aspectos mais notáveis (...) são a distribuição relativamente uniforme da posse de escravos no Recôncavo baiano e o concomitante tamanho reduzido do plantel médio.”(SCHWARTZ, 1995, p. 360)

- ♦ ao longo do período 1777-1829 a Capitania de São Paulo apresentou expressivo crescimento populacional, da ordem de 1,55% ao ano, marca superada pela população escrava, com taxa anual de 2,19%, aprofundando as relações escravistas. O Vale do Paraíba e o Oeste Paulista representaram as regiões com maiores taxas de expansão no período, ante a produção de produtos destinados à exportação;
- ♦ como características dos proprietários de escravos podemos citar a predominância masculina, a cor branca, a origem da própria Capitania de São Paulo e a pouca importância dos elementos forros;
- ♦ identificou-se elevada proporção de escravos possuídos pelos proprietários do sexo masculino; verificou-se média de escravos possuídos pelos proprietários ligeiramente superior à das proprietárias; notou-se correspondência entre o sexo dos proprietários e de seus respectivos escravos; resultou média de escravos por proprietário crescente, proporcionalmente à faixa etária do proprietário;
- ♦ quanto às atividades, identificou-se grande peso da agricultura, no agregado das localidades e em todas as regiões, com porcentual de cerca de dois terços dos proprietários e quatro quintos dos escravos; apenas na região da Capital verificou-se maior significância das outras atividades, tais como artesanato, comércio, “igreja, administração pública e profissionais liberais”;
- ♦ quando se dividem os proprietários por sexo e atividade, nota-se média de escravos possuídos relativamente equilibrada entre homens e mulheres; no conjunto das atividades a média das proprietárias mostrava-se menor, pelo seu maior peso em atividades com baixa média de escravos, tais como o artesanato;
- ♦ entre 1804 e 1829 elevou-se a média de escravos possuídos, particularmente no Oeste Paulista e no Vale do Paraíba, obtendo-se, neste último ano, média de 15,1 e 8,8, respectivamente; entre 1777 e 1804 a estrutura mantivera-se relativamente estável;
- ♦ quanto à distribuição dos proprietários por tamanho de plantel, notava-se, no agregado das localidades, um peso elevado dos pequenos e médios senhores, quando considerado sua participação entre os proprietários, mas com significativa expressão dos grandes, quando considerado a proporção relativamente aos escravos. Em 1829, tomando-se o segmento de um a vinte cativos, seu peso entre os proprietários alcançava o expressivo porcentual de 90%; entre os escravos o porcentual situava-se em 50%. A outra metade dos escravos era controlada pelos senhores com mais de vinte escravos, que perfaziam a décima parte dos senhores;

- ♦ no Oeste Paulista processava-se uma atividade açucareira significativa. A região, que no último quartel do século passado se tornaria também importante área cafeeira, tornava-se, nos primeiros trinta anos do século passado, a área de maior concentração de escravos, fruto tanto da elevada média de escravos por proprietários como pela alta proporção de fogos com escravos. A pequena agricultura dava lugar a unidades maiores, nas quais a força de trabalho escrava representava papel fundamental;
- ♦ no Vale do Paraíba, junto a uma atividade açucareira também importante, surgia com grande força o cultivo de café, com maior força em Areias, mas já demonstrando a forma como em poucos anos se consolidaria também nas demais localidades da região;
- ♦ ainda permaneciam largas parcelas da Capitania dedicadas à produção de outros gêneros como aguardente, pecuária e os produtos aqui qualificados como “outros cultivos”, e que englobavam principalmente arroz, feijão, milho e mandioca. Parcela expressiva da população, livre e escrava, continuava dedicada a esses produtos, que representariam não só fonte de alimentos para essas populações, como também a principal alternativa de renda;
- ♦ a escravidão permeava toda a sociedade paulista, tanto em áreas rurais como urbanas, quer em cultivos tipicamente de subsistência, quer, principalmente, naqueles destinados à exportação, como a produção de açúcar e de café;
- ♦ cerca de 20 a 25% dos fogos possuíam escravos; o padrão básico era significativa parcela de pequenos proprietários, sendo em grande número os plantéis unitários; raros os grandes proprietários: poucas dezenas de senhores possuíam mais de cem escravos; nenhum mais de duzentos no período em questão e nas localidades estudadas;
- ♦ a proporção dos escravos na população geralmente situava-se na faixa de 30 a 40%, raramente ultrapassando este porcentual, exceto em localidades muito específicas;
- ♦ a média de escravos possuídos situava-se entre três a cinco em áreas de cultivos de subsistência. Nas áreas de produção para exportação dependia da concentração das unidades, sendo inegavelmente maiores nas áreas tipicamente açucareiras. Em 1829 seus valores alcançaram 15,1 e 8,8 no Oeste Paulista e no Vale do Paraíba, respectivamente.

ANEXO 1 - OBSERVAÇÕES A RESPEITO DAS FONTES

Como fonte básica de informações servimo-nos das Listas Nominativas dos Habitantes do Arquivo do Estado de São Paulo. Para compor o conjunto de localidades estudadas⁷⁰ selecionaram-se aquelas para as quais existiam a maioria dos censos populacionais nos anos aqui contemplados: 1777, 1804 e 1829.⁷¹ Em todas as partes do trabalho no qual se analisam proprietários, escravos, atividades e posse essa fonte foi a única utilizada. Entretanto, na parte inicial do artigo na qual se consideraram informações quanto à população total das vilas e o respectivo número de fogos, houve necessidade de utilização de fontes alternativas, sendo a mais importante a representada pelos Mapas de População, também do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Em alguns casos específicos ocorreu o uso de outras fontes alternativas, e em algumas situações particulares a impossibilidade de fontes alternativas obrigou efetuar-se a estimativa de determinadas informações apenas para a população total e/ou fogos.

Abaixo apresentamos algumas localidades nas quais fontes alternativas ou estimativas foram introduzidas:

Jacareí: A falta do Mapa de População referente ao ano de 1829 exigiu a utilização do Mapa de População de 1836 como base da população total daquele ano (o censo populacional de 1829 está disponível, logo, as demais informações relativas a fogos, proprietários, escravos e atividades correspondem a este ano).

Curitiba: Os dados desta localidade apresentam vários problemas. Para 1777, o censo populacional, com dados em nível de fogo, fornecia informações dos proprietários, mas não dos escravos; apenas seu número. Assim, não foi possível a inserção do ano de 1777 no artigo anteriormente publicado sobre os escravos (LUNA, 1992), mas torna possível tratar dos proprietários, atividades e mesmo

70. Localidades: Arcias, Cunha, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba e São Luiz do Paraitinga (Vale do Paraíba); Atibaia, Cotia, Guarulhos, Mogi das Cruzes e Cidade de São Paulo (Região da Capital); Campinas, Itapeva, Itu, Jundiaí, Mogi Mirim e Porto Feliz (Oeste Paulista); Curitiba, Itaperatinga e Sorocaba (Caminho do Sul); Cananéia, Iguape, Santos e São Sebastião (Litoral).

71. Quando selecionamos as localidades consideramos aquelas com documentação disponível, mas excluímos as que faziam parte de um conjunto de teses e dissertações de mestrado que estavam sendo elaboradas na FEA-USP. Era o caso do Litoral Norte de São Paulo (FERNANDÉZ, 1992), da região do Paraná (GALLARDO, 1986) e das vilas de Taubaté (RANGEL, 1990) e Bananal (MOTTA, 1990).

posse de escravos nesse ano em Curitiba. Quanto a 1804, na falta do mapa de população daquele ano servimo-nos do documento pertinente a 1798, pertencente à Biblioteca Nacional.(BNRJ, I-32-10-6)

Itapeva: As informações referentes aos escravos e proprietários foram obtidas nos censos correspondentes a 1777, 1804 e 1829. Entretanto, no caso da população e fogos, houve problemas na coleta de informações. Na falta dos Mapas de População referentes a 1804, servimo-nos dos dados de 1798, obtidos na Biblioteca Nacional, BNJR, I-32-10-6. Ainda assim persistiam problemas com o total de fogos, que correspondiam a apenas uma parte da localidade. Para contornar a falha estimamos o número de fogos, admitindo que na localidade em questão ocorreria uma média de habitantes por fogo semelhante à média da região da qual fazia parte.

Mogi Mirim: Havia censos relativos aos três anos, mas não foi possível obter o número de fogos correspondente. Assim, foi estimado o número de fogos, nos três anos, a partir da média de habitantes por fogo das demais localidades da região.

Cananéia: Na falta das Listas Nominativas relativas ao ano de 1777 servimo-nos da carta do Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, de 22-2-1769, Documentos Interessantes nº 19, p. 285.

Iguape: O censo contém as informações dos proprietários para 1777, mas só o número de escravos e não sua descrição. Além disso, o número de fogos apresentava problemas para esse ano. Seu número foi estimado pela média de pessoas por fogos das demais localidades da região. Para a população total da localidade utilizaram-se as cartas do Morgado Mateus para o Conde de Oeiras, de 1766 e 1769, contidas nos Documentos Interessantes, números 19 e 73.

Santos: Os dados foram obtidos nos censos correspondentes e mapas de população. Entretanto, no caso de 1829, em face dos problemas encontrados, foi necessário estimar o número de fogos pela média da região.

Cotia: Os dados correspondentes aos fogos em 1777 apresentavam problema. Assim, foi efetuada a estimativa desse número por meio da média de habitantes por fogo das demais localidades da região.

Capital: O censo de 1777 referente a São Paulo encontra-se incompleto. Assim, servimo-nos do Censo da Capital do ano de 1772, existente no Anuário Estatístico de São Paulo, 1901. O censo da capital, pertinente a 1829, também está incompleto. Assim, para o cálculo da população, utilizamos os dados de 1836, apresentados por Muller (1978). Para os três anos estimou-se o número de fogos pela média da região.

A seguir apresentamos uma tabela contendo a relação dos mapas de população utilizados e seus respectivos anos.

Regiões e Localidades	Anos dos mapas de população		
	1777	1804	1829
1. Vale do Paraíba			
Areias (Lorena, 1817)			1829
Cunha (Guaratinguetá, 1785)		1804	1830
Guaratinguetá	1776	1804	1829
Jacareí	1777	1804	1829
Lorena (Guaratinguetá, 1788)		1804	1829
Pindamonhangaba	1777	1806	1829
S.Luís Paraitinga	1776	1805	1829
2. Região da Capital			
Atibaia	1775	1805	1829
Cotia	1777	1802	1829
Guarulhos	1777	1805	1829
Mogi das Cruzes	1778	1805	1829
São Paulo	1779	1804	1829
3. Oeste Paulista			
Campinas (Jundiaí, 1797)		1804	1829
Itapeva	1777	1806	1829
Itu	1778	1804	1829
Jundiaí	1778	1804	1829
Mogi Mirim	1777	1806	1829
Porto Feliz (Itu, 1797)		1804	1829
4. Caminho do Sul			
Curitiba	1777	1804	1829
Itapetininga	1778	1804	1828
Sorocaba	1778	1804	1829
5. Litoral			
Cananéia		1806	1828
Iguape		1804	1828
Santos	1777	1804	1828
São Sebastião	1777	1803	1828

ANEXO 2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS

A relativa disponibilidade de dados a respeito da população escrava no Brasil e sua facilidade de manipulação permitiu, nos últimos anos, acumular uma variada gama de informação sobre esse segmento populacional, abrangendo inúmeras regiões do território, bem como um espaço temporal significativo. Nesses trabalhos, além das questões demográficas passou-se a analisar a chamada “estrutura da posse de escravos”, ou seja, a distribuição dos cativos entre seus respectivos proprietários.⁷² As análises têm servido a diferentes objetivos.

Em nosso caso, ao iniciarmos nossas pesquisas a respeito da população escrava em Minas Gerais procurávamos entender o processo de desenvolvimento da sociedade mineira, ao longo do surto de exploração de ouro ali ocorrido, a partir dos primeiros anos do século XVIII. Buscávamos informações a respeito da distribuição de datas minerais, que poderiam ajudar a explicar o processo de consolidação da atividade produtiva, sua dispersão geográfica e temporal, bem como o grau de concentração de riqueza ou renda naquela sociedade.

Naquela oportunidade defrontamo-nos com uma restrição fundamental em nosso objetivo de estudar a economia mineira tendo por base a distribuição e exploração de datas minerais. Essa fonte documental mostrou-se insuficiente em quantidade e pobre no tipo de informação apresentada. Os escassos documentos então disponíveis em Minas Gerais, em fontes regionais ou no Arquivo Público Mineiro, apresentavam informações muito gerais a respeito das datas: local e data da distribuição, nome do beneficiário e limites físicos. Tornava-se impossível localizar exatamente a área em questão, seu tamanho e seu processo de exploração.

Felizmente, para nós, naquela oportunidade encontramos rica documentação sobre os proprietários e seus escravos. Os mais antigos documentos, referentes à primeira metade do século XVIII eram matrículas de escravos e documentos fiscais (taxas incidentes sobre os escravos possuídos). Somente para a segunda metade do século XVIII e primeira do XIX encontramos censos populacionais, com informações mais variadas.

72. Sobre o tema, veja-se Motta, que em um capítulo de sua tese apresenta uma excelente visão dos estudos de posse de escravos até 1990.(MOTTA, 1990, p. 64-116)

No caso da posse de escravos, utilizamos seus resultados tanto como indicador de riqueza como do tamanho da unidade produtiva. A forma como se processou a exploração mineral em Minas Gerais, no século XVIII, privilegiava a mão-de-obra; as próprias datas minerais eram distribuídas pela Coroa em proporção aos escravos possuídos. Somente era “mineiro” aquele que possuísse ao menos um escravo. Aos não-proprietários sobrava a tarefa de “faiscador”.(LUNA, 1981).

Naquela oportunidade, na falta de outros trabalhos similares no Brasil para comparar com os nossos resultados, servimo-nos de dois trabalhos a respeito de São Paulo, que procuravam analisar a riqueza em várias localidades da Capitania. Neles se calculavam vários índices de Gini⁷³; um deles, para aqueles que constavam em algum tipo de bem no respectivo inventário. Como no nosso caso só contávamos com informações dos proprietários (eram os indivíduos sobre os quais incidia o imposto de capitação ou que possuíam escravos listados nas matrículas de escravos), entendemos que haveria maior relação entre o Gini que excluía as pessoas sem bens nos inventários e a nossa amostra que também deixava de considerar os não-proprietários de escravos. Era uma comparação apenas indicativa, mas a melhor que poderia ser feita naquela oportunidade, com as informações disponíveis. Como se iniciou o cálculo do índice de Gini apenas para proprietários, este tornou-se a melhor referência para outros trabalhos realizados no início da década de oitenta.(LUNA, 1982, 1983 e 1986; LUNA & KLEIN, 1984)

Em trabalhos que efetuamos sobre São Paulo (LUNA & COSTA, 1983) utilizamos o indicador, mantendo a mesma forma de cálculo, considerando apenas os proprietários. Era inclusive uma forma de comparar os resultados com Minas Gerais. A partir de 1990, em vários trabalhos passou-se a incorporar, além do tradicional índice de Gini medindo apenas os proprietários, outro incorporando os não-proprietários de escravos.(LUNA & KLEIN, 1990; RANGEL, 1990; FERNANDÉZ, 1992) Representa, na verdade, uma forma de medir como os escravos se distribuem entre todos os fogos, inclusive aqueles sem escravos, para os quais a riqueza representada pelos escravos é igual a zero. Não substitui o anterior, mas reflete outro enfoque da sociedade.⁷⁴ Aos demais indicadores estatísticos (média, moda, mediana e faixas de tamanho de plantel) não são feitos os ajustes dos não-proprietários. Assim, é fundamental que sejam analisados tendo em conta a proporção de fogos com escravos de cada localidade ou época, este também um indicador fundamental para o entendimento da sociedade escravista.⁷⁵

73. Em dois trabalhos fundamentais sobre a sociedade paulista a Profa. Canabrava tratou do tema: CANABRAVA (1972a e 1972b).

74. Mesmo em nível de fogo ainda estamos a tratar de um indicador específico, que corresponderia hoje a um indicador de riqueza em nível de domicílio ou família.

75. As fontes fiscais e a matrícula de escravos não permitiam calcular a proporção de fogos com escravos, pois só os proprietários eram listados.

**ANEXO 3 - ROL DAS ATIVIDADES DOS PROPRIETÁRIOS NAS
VINTE E CINCO LOCALIDADES**

Atividades	1804		1829	
	Proprietários	Escravos	Proprietários	Escravos
Agricultura				
Senhor engenho Açúcar	276	5995		
Tem Engenho Açúcar	70	855		
Faz Açúcar	131	1041	32	736
Engenho sem produzir	1	19	5	93
Engenho novo			3	59
Senhor engenho de aguardente	40	340	58	665
Tem engenho de aguardente	20	245	41	600
Faz aguardente	139	1000	85	949
Engenho Arroz	9	105	51	632
Cana partido	15	69	15	140
Planta cana			1	7
Tabaco			7	33
Café	22	168	699	7286
Outros cultivos	2183	9827	1677	7623
Mantimentos sem especificar	510	2302	1355	6629
Agricultura sem colher	17	61	24	82
Pecuária	252	2429	203	2232
Pesca fluvial	27	149	16	33
Extrativismo	5	12	5	10
Administração rural	4	16	18	104
Transportes				
Arrieiros e boleeiros	8	24	23	47
Carreiros	2	3	3	4
Condução de carregamentos	16	37	1	1
Camarada de tropas	3	8	1	2
Viajantes	2	6	160	1088
Tem tropa	98	565		
Aluguel de bestas			2	5
Artesanato				
Construção civil	16	52	24	81
Cerâmica e afins			3	5
Metais	56	152	49	133
Madeira de Mobiliário	108	407	95	226
Fiação e Tecelagem	91	220	122	268
Calçados	14	30	15	32
Couros e peles	28	55	32	74
Alimentos e bebidas	3	6	9	44
Perfumaria sabão e velas	1	3		
Instrumentos musicais, brinquedos			3	3
Instrumentos precisão e jóias	7	15	21	59
Armas de fogo			3	6
Rendeiras	3	6	13	33
Fiandeiros	69	161	83	181
Fiandeiros e tecedores	7	31		
Tecedores	10	15	21	37
Sirgueiros	2	7	2	4
Alfaiates	37	60	36	56
Costureiras	145	372	156	349
Bordadeiras			3	13
Camiseiros			1	1
Serviços				
Barbeiros e cabeleireiros	2	3	1	2
Lavadeiras e engomadeiras	4	11	1	1
Aluguel de escravos	100	614	134	751
Vive do seu trabalho				
Vive de seu jornal	17	28	11	22
Empregados em geral			3	13
Vive de favor, sua agência e pobres				
Sem ofício	3	18		
Vive de favor	49	107	18	45
Pobres	45	103	26	56
Vive de sua agência	82	219	166	415

Fonte: A mesma da Tabela 2.

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1795/67. *Revista Brasileira de Economia*, R.J.: FGV, v. 26, n. 4, p. 95-123, out./dez. 1972a.
- _____. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. *Estudos Económicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 2, n. 6, p. 77-129, 1972b.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982.
- _____. Nota sobre o ciclo de vida e posse de escravos. *História: Questões & Debates*, Curitiba: APAH, v. 4, n. 6, p. 121-127, jun. 1983.
- _____. Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: IEB-USP, v. 28, p. 111-113, 1988.
- _____. *Arraia miúda*. Belo Horizonte: MGSP Editores, 1992.
- COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson. Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores. *Estudos Económicos*. São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 1, p. 69-87, jan./abr. 1987.
- _____. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. *Estudos Económicos*, v. 19, n. 2, p. 319-345, maio-ago. 1989.
- COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Económicos*, Demografia da Escravidão, São Paulo: IPE/USP, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio/ago. 1987.
- FERNANDÉZ, Ramón Vicente Garcia. *Transformações económicas no litoral norte paulista (1778-1836)*. Tese não publicada, São Paulo: FEA-USP, 1992.
- GALLARDO, Darío Horacio Gutiérrez. *Senhores e escravos no Paraná 1800-1830*. Tese não publicada, São Paulo: FEA-USP, 1986.
- HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. Ed. Facsimilada. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômica (IPE/USP), 1986.
- KLEIN, Herbert H. A oferta de muares no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. *Estudos Económicos*, v. 19, n. 2, p. 347-372, maio/ago. 1989.
- _____. & PAIVA, Clotilde Andrade. Freedmen in slave economy: Minas Gerais in 1831. *Journal of Social History*, v. 29, # 4, p. 933-962, 1996.
- LISANTI, Luís. *Negócios coloniais (Uma correspondência comercial do século XVIII)*. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973. V. 1.

- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores - análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: IPE/USP, 1981. (Ensaios Econômicos, 8).
- _____. Estrutura da posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (orgs.), *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/PIONEIRA, 1982, p. 31-55.
- _____. *Posse de escravos em Sorocaba (1778-1836)*. Primeiro Seminário do Centenário da Abolição, São Paulo: FEA-USP, 1986, 21 p.
- _____. Estrutura da posse de escravos e atividades produtivas em Jacareí (1777 a 1829). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 28, p. 23-35, 1988.
- _____. Observações sobre casamento de escravos em São Paulo (1829). In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Olinda: ABEP, v. 3, p. 215-233, 1988.
- _____. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 443-483, set-dez. 1992.
- _____. População e atividades econômicas em Areias (1817-1836). *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 24, n. 3, p. 433-463, set.-dez. 1994.
- _____. *Areias: posse de escravos e atividades econômicas (1817-1836)*. São Paulo: NEHD-FEA/USP, 1995, 44 p. (Cadernos NEHD, n. 2).
- LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial (Vila Rica: 1804). *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 8, n. 3, p. 41-68, set./dez. 1978.
- _____. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, v. 32, n. 7, p. 836-841, julho de 1980.
- _____. Posse de escravos em São Paulo no Início do Século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 211-221, jan/abr 1983.
- _____. Demografia histórica de Minas Gerais no período colonial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 58, p. 15-61, 1984.
- LUNA, F. V. & KLEIN, H. S. Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 20, n. 3, p. 349-379, set-dez. 1990.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- _____. *Crescimento demográfico e evolução agrário paulista, 1700-1836*. Tese não publicada, São Paulo, Tese de Livre Docência, 1974.
- METCALF, Alida C. *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Austin: The University of Texas at Austin, 1983.

- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres - Estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Tese não publicada, São Paulo: FEA-USP, 1990.
- _____. & NOZOE, Nelson. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 253-320, maio/ago. 1994.
- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. 3^a ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Algumas notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: Museu Paulista/USP, 21, p. 109-277, 1967.
- RANGEL, Armênio de Souza. *Escravismo e riqueza - Formação da economia cafeeira no município de Taubaté - 1765/1835*. Tese não publicada, São Paulo: FEA-USP, 1990.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos - engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

(Recebido em junho de 1997. Aceito para publicação em dezembro de 1997).